



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Departamento de Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso

**COMÉRCIO INTERNACIONAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: estudo dos casos dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco,
no período de janeiro de 2010 a junho de 2014**

Autora: ElinneNastasha Carvalho Sousa Val

Orientador: José Carlos Oliveira

Brasília-DF

2014



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Departamento de Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso

**COMÉRCIO INTERNACIONAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: estudo dos casos dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco,
no período de janeiro de 2010 a junho de 2014**

Autora: ElinneNastasha Carvalho Sousa Val

Orientador: José Carlos Oliveira

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de Brasília.

Brasília

2014

ELINNE NASTASHA CARVALHO SOUSA VAL

**COMÉRCIO INTERNACIONAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: estudo dos casos dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco,
no período de janeiro de 2010 a junho de 2014**

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de Brasília.

Orientador: José Carlos de Oliveira

Aprovado pela Banca Examinadora em XXXX de 2014.

Prof. Dr. José Carlos de Oliveira

Orientador – Universidade de Brasília

Avaliador 2

Universidade de Brasília

Avaliador 3

Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus, que me permitiu chegar até aqui através dos caminhos da fé e da esperança, que me deu forças quando os obstáculos surgiram e o medo pairava sobre mim.

Aos meus pais, Edimar e Terezinha, que são meus exemplos de fortaleza, coragem, integridade, confiança, amor, respeito e cumplicidade, por me proporcionarem a oportunidade de uma educação de qualidade, por toda a inspiração, a paciência e o otimismo depositado em mim e pelo apoio às minhas decisões, mesmo que isso tenha nos afastado. Ao meu irmão, Thiago, por todo o amor, a força, o incentivo, o carinho e a amizade desde sempre. Ao Phillipe, por sua disposição, amor e companheirismo desde que cheguei à Brasília. À Júlia e ao Jorge, meus amigos de longa data, que foram primordiais para que eu ingressasse na UnB, tanto por me despertarem para a oportunidade quanto por realizarem a minha matrícula.

E por fim, a todas as pessoas que fizeram parte da realização deste trabalho e, especialmente, ao meu orientador, professor José Carlos de Oliveira, por todo o suporte na produção desta monografia.

RESUMO

Esta monografia apresentará o comércio internacional de três estados da região Nordeste do Brasil: Bahia, Ceará e Pernambuco, durante o período de 2010 a junho de 2014, em prol do desenvolvimento econômico. O resultado deste trabalho concluiu que os governos estaduais da Bahia e do Pernambuco são mais dinâmicos e promoveram políticas de desenvolvimento que favoreceram a expansão do comércio internacional na economia dos estados e caminham em direção de uma maior integração à cadeia global. Enquanto isso, o governo do estado do Ceará se apresentou menos dinâmico e mais dependente das ações do Governo Federal para desenvolver políticas que impactem na melhoria do comércio exterior, além de ser mais voltado para construção de um setor produtivo que integre produção, logística e inserção no mercado externo, do que à produção alinhada a uma demanda existente, o que favoreceria a sua integração à rede de comércio internacional global.

PALAVRAS-CHAVES: comércio internacional; desenvolvimento econômico; políticas de comércio exterior; governo federal; Nordeste.

ABSTRACT

This article presents international trade of three states of the Northeast of Brazil: Bahia, Ceará e Pernambuco, during the period from 2010 to June 2014, in support of economic development. The results of this study concluded that the state governments of Bahia and Pernambuco are more dynamic and promoted development policies that favored the expansion of international trade in the state economy and walk towards of greater integration into the global chain. Meanwhile, the state government of Ceara appeared itself less dynamic and more dependent on the actions of the Federal Government to develop policies that impact on the improvement of foreign trade, in addition it is more focused on building a productive sector that integrates production, logistics and integration in foreign markets than the line to an existing demand, which would favor their integration to the international trade network production.

KEYWORDS: international trade; economic development; foreign trade policies; federal government; Northeast.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –

Quadro 1 –

LISTA DE TABELA

Tabela 1 -

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.	Comércio exterior brasileiro e as políticas empreendidas	18
	2.1 Marco Teórico	
	2.2 Comércio exterior brasileiro a partir de 200	
	2.3 Principais políticas do Governo Federal que impactaram no comércio exterior nordestino após 2010	
3.	A região Nordeste e as particularidades relativas ao comércio externo	32
	3.1 Antecedentes	
	3.2 O Nordeste na última década	
4.	Os casos de comércio internacional dos estados da Bahia, do Ceará e do Pernambuco	
	4.1 Bahia	
	4.2 Ceará	
	4.3 Pernambuco	
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia apresentará o referencial teórico, sob o qual a análise foi construída, a partir de uma abordagem simples e conceitual das teorias de comércio e crescimento econômico, por meio de revisão de literatura, a qual mostrará a motivação para se estudar o comércio internacional nas três principais economias da região Nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco), do ponto de vista do PIB, como um propulsor do crescimento econômico. Será composta por cinco seções, cuja primeira corresponderá ao panorama acerca do comércio internacional brasileiro, o capítulo seguinte se dedicará ao contexto e às particularidades nordestinas, a terceira parte se subdividirá no estudo de caso da Bahia, do Ceará e do Pernambuco, de janeiro de 2010 a junho de 2014, e, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

A concentração do estudo nos três estados acima referidos justifica-se porque, numa república federativa como a brasileira, cada unidade é autônoma e pode utilizar instrumentos de crescimento econômico voltados para o comércio exterior como parte de uma estratégia local de governo, além dos que possam ser estabelecidos pelo governo federal para todo o país ou para uma região em particular. Observa-se que, se alternativamente o estudo fosse para toda a região Nordeste, a partir de políticas nacionais, teríamos de particularizar as ênfases e prioridades para o comércio exterior, como uma via importante para o desenvolvimento local, tendo presente as diferentes particularidades dessas unidades e as consequentes diferenças de ênfase e de instrumentos que cada estado estabeleceria. Isto não impede a possibilidade de se fazer generalizações quanto às relações entre comércio exterior da região e seu desenvolvimento, mas, a rigor, a consolidação desses dados a nível regional reflete apenas um agregado, em um conjunto de unidades com características peculiares. Portanto, buscando maior objetividade do estudo e melhor entendimento da relação entre comércio exterior e desenvolvimento na região Nordeste, optou-se por analisar individualmente os estados da Bahia, do Ceará e do Pernambuco.

A originalidade da monografia consiste em abordar o comércio exterior, haja vista a relação com o crescimento econômico, que é a referência mais abrangente e dinâmica, segundo Sarquis (2011), com os possíveis benefícios da inserção econômica internacional para os estados destacados da região Nordeste. Será abordado também a relevância das políticas macroeconômicas, financeiras e

industriais na determinação dos benefícios de crescimento, muito além do possível impacto das políticas comerciais.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre comércio internacional é um tema relevante desde o século XVIII, inserido nas discussões sobre desenvolvimento e crescimento econômico, como em Smith (1776), que considerou a importância, entre outros fatores, das economias de escala e do desenvolvimento do capital humano para o crescimento no longo prazo (SARQUIS, 2011), e Ricardo (1831), sendo este o primeiro a formular uma teoria acerca do assunto, baseado na lei das vantagens comparativas setoriais.

Nas teorias tradicionais, são predominantes modelos de equilíbrio geral do comércio, pautados na alocação eficiente da produção, de acordo com os benefícios das trocas e da maximização do bem estar entre as economias envolvidas. Os modelos são derivados de hipóteses de concorrência perfeita e de produção com rendimentos constantes de escala. Elas também preveem relação positiva entre abertura comercial e expansão da atividade econômica, sendo que a primeira pode levar à segunda (SARQUIS, 2011).

Com efeito, as teorias do comércio e do crescimento confundem-se com a própria origem do pensamento econômico e das Ciências Econômicas. Adam Smith e David Ricardo, entre outros, ressaltaram a relevância do comércio para a “riqueza das nações” (SARQUIS, 2011).

A noção de Ricardo, a qual enfatiza que as vantagens comparativas são fruto de um único fator, isto é, das diferenças existentes entre as nações com relação à produtividade do trabalho (HIDALGO e MATA, 2005), concluiu que os ganhos do comércio não dependem apenas do intercâmbio de bens produzidos a custos reduzidos, mas também do uso mais eficiente e pleno das capacidades produtivas disponíveis nos países. Para tanto, cada país deveria especializar-se nos bens em que é mais eficiente, em termos relativos, independentemente de haver países que sejam ainda mais eficientes nesses mesmos bens (SARQUIS, 2011). Muito embora essa ideia tenha dominado o discurso acadêmico nas questões de trocas por anos a fio, ela foi substituída pela teoria dos suecos Eli Hecksher (1919) e Bertil Ohlin (1933), pois a utilização de um único fator de produção como

determinante do comércio entre os países limitou acentuadamente o modelo ricardiano, surgindo, assim, várias críticas que, posteriormente, enriqueceram sobremaneira este modelo (VIANA, 2006).

Já as teorias neoclássicas do comércio demonstram que o intercâmbio internacional resulta de dotações distintas dos fatores de produção entre os países. Concebidos para sistemas de duas economias, dois bens e dois fatores de produção, o modelo Heckscher-Ohlin (H-O) foi amplamente estendido e generalizado, para múltiplos bens e fatores, desde Vanek (1968) (SARQUIS, 2011). O modelo de H-O infere que os produtos de uma localidade com vantagem comparativa no comércio exterior são influenciados pela abundância relativa dos fatores da região, ou seja, a correta utilização da diferença da dotação de recursos entre regiões é o determinante das vantagens comparativas (HIDALGO e MATA, 2005), cujo trouxe o enfoque nas relações entre a composição dos fatores endógenos dos países e os padrões de troca de *commodities* como consequência do livre comércio no que diz respeito à distribuição funcional da renda dentro dos países, esta que se mostrou muito difícil para uma análise empírica (DIXIT e NORMAN, 1980; LANCASTER, 1980; HELPMAN, 1981; KRUGMAN, 1981; em KRUGMAN, 1994).

Conforme Viana (2006), apesar de ser mais consistente que o modelo de Ricardo, o modelo H-O não considerou os diferenciais de renda entre os países, obtidos por meio do comércio internacional, sendo assim, o modelo não podia explicar os efeitos da distribuição de renda entre os países.

Esta questão foi inserida pelo teorema de Stolper-Samuelson. A formulação teórica proposta defende que a intensificação do comércio internacional pela abertura comercial, sob a hipótese de que a livre movimentação de bens, sem que haja movimentação dos fatores, afeta o preço relativo dos últimos como consequência de variações nos preços relativos dos bens (VIANA, 2006). Como resultado, várias tentativas iniciais – como de MacDougall (1951) e Stern (1962) – foram abandonadas e somente renovadas em 2002 com a abordagem estocástica de Eaton e Kortum (ESTEARLY e RESHEF, 2009).

Em suma, nas teorias clássicas, tais vantagens se originam de diferenças tecnológicas ou, mais precisamente, de produtividade do trabalho. E, nas teorias neoclássicas, resultam das diferenças de dotação ou de abundância relativa dos fatores. Deixam de assumir um fator de produção, como no modelo ricardiano, e

passam a assumir dois ou mais fatores de produção. Abandonam formulações tecnológicas lineares e adotam função de produção “marginalista”, em geral do gênero Cobb-Douglas, a qual impõe diferenças intersetoriais de alocação e de distribuição de renda nos países (SARQUIS, 2011).

Sarquis (2011) afirma que as análises integradas do comércio e do crescimento fornecem subsídios à formulação de estratégias de desenvolvimento por meio da inserção internacional das regiões. Segundo o autor, desde a criação das instituições de Bretton Woods e do Plano Marshall, testemunhou-se uma progressiva liberalização comercial, a partir da qual se observa a existência de uma correlação entre nível de desenvolvimento econômico e grau de inserção comercial ou de abertura econômica.

Além disso, o autor diz que os benefícios mútuos do comércio e do crescimento são alcançados de modo desigual por países e regiões, ou seja, dependem de fatores específicos de cada país, determinados não só pela geografia, dotação de recursos (naturais) e estágio de desenvolvimento, mas também em função de sua estrutura econômica, dinamismo produtivo e capacidades educacionais e de inovação (SARQUIS, 2011).

As teorias mais recentes do comércio se caracterizam por contemplar as economias de escala que podem advir de fatores tecnológicos e de estruturas dos mercados (SARQUIS, 2011). Para Krugman (1980) em Viana (2006), a importância dada às economias de escala no comércio internacional torna este o único fator responsável pelo comércio intraindústria*. Elas substituíram as hipóteses de concorrência perfeita por hipóteses alternativas de concorrência imperfeita, como base de funcionamento dos mercados, e assumiram rendimentos crescentes de escala, ao invés de rendimentos constantes (SARQUIS, 2011).

Portanto, nos modelos da nova teoria do crescimento econômico, este é visto como resultado das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercados descentralizados, isto é, sistema cujas firmas e consumidores maximizam o seu ganho. Sendo assim, a economia pode atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo através de suas forças internas. Para que haja tal tipo de crescimento é necessário apenas que a tendência decrescente da produtividade marginal da dotação de capital por trabalhador no longo prazo seja eliminada (SILVA FILHO, 1999).

* Segundo SILVA *et al* (2011), corresponde ao fluxo de bens com intensidades de fatores semelhantes.

Neste sentido, fatores como inovação tecnológica endógena (que surge como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (“estoque de conhecimento” dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda *per capita* em qualquer sistema econômico. É neste ponto em que se insere o papel fundamental exercido pelos atores sociais que comandam as políticas de desenvolvimento de economias subdesenvolvidas, sejam blocos econômicos de países, economias nacionais ou regiões dentro de um país (SILVA FILHO, 1999).

Frisa-se que nas modernas teorias do crescimento econômico (especialmente nas teorias do crescimento endógeno, a exemplo de Romer e Lucas), assim como nas modernas teorias do comércio internacional (como em Krugman), as vantagens comparativas ou competitivas de um país, ou de uma região, são mutáveis no tempo, e dependem, crucialmente, de decisões tomadas pelas sociedades, pelos governos e por seus empresários. Ou seja, as vantagens comparativas de um país ou de uma região são social e politicamente construídas, e não mais dependentes de recursos naturais ou de aptidões particulares de suas populações (GALVÃO, 2009).

Ao contrário das teorias tradicionais, as teorias de crescimento endógeno permitem que se deduzam modelos em que comércio e crescimento nutrem uma dinâmica de mútua causalidade e os ganhos deixam de ser estáticos. Segundo as novas teorias, as forças fundamentais do crescimento e dos possíveis benefícios do comércio residiriam na acumulação de capital humano, na inovação tecnológica e, subsequentemente, nos ganhos de produtividade e de diversificação da produção (SARQUIS, 2011).

Embora construam um quadro mais próximo dos determinantes conjuntos do comércio e do crescimento, essas teorias não necessariamente garantem que os ganhos de crescimento sejam permanentes, além de certa elevação do patamar de renda e bem estar oriunda do comércio. A superação de ganhos temporários continua dependente de fatores externos que induzam sustentado crescimento, como o desenvolvimento tecnológico (SARQUIS, 2011).

Thirlwall (1979) afirmou que regiões, estados ou países cuja dependência de bens importados fosse significativa poderiam ter problemas de crescimento. Seria preciso então, diversificar e dinamizar setores importantes da economia,

fornecedores principalmente, de insumos e bens de capital. Para o autor, economias que aumentam suas exportações, mas, ao mesmo tempo, aumentam proporcionalmente suas importações, tendem a ter severas restrições ao crescimento, pois os efeitos multiplicadores da renda e do emprego ficariam comprometidos (SILVA *et al*, 2008).

Assim, a ampliação do comércio e da liberalização produz uma melhor alocação dos recursos domésticos, corrigindo as distorções geradas pelas práticas protecionistas e propiciando amplos benefícios para a sociedade, decorrentes da maior oferta e diversificação de produtos aos consumidores. Também promove ganhos de eficiência técnica no sistema produtivo, elevando a produtividade das firmas e indústrias, devido a maior exposição à concorrência internacional, e conduz a esforços de especialização na esfera produtiva, propiciando melhor divisão do trabalho, geração de economias de escala e a introdução de inovações tecnológicas e de novos e mais eficientes processos de gestão (GALVÃO, 2007), além de proporcionar ganhos econômicos estimulados pelo uso eficiente das vantagens comparativas e maior eficiência tecnológica e alocativa, o que permite às economias beneficiadas uma elevação da renda *per capita* (SARQUIS, 2011).

Quanto à concentração das exportações por país de destino, alta concentração significa que um número pequeno de países tem uma importância muito grande na pauta das exportações desses estados, indicando vulnerabilidade maior a choques de demanda e em termos de barreiras à entrada de produtos impostas pelos poucos parceiros (MELO, 2007), tornando-se ainda mais intensa pelos impactos negativos oriundos do surgimento dos blocos de comércio, tendência que acompanhou o processo de abertura comercial e integração produtiva (VIANA, 2006). Enquanto que esse mesmo índice baixo reflete uma participação mais equilibrada nos diversos mercados. Assim, o estado estará menos sujeito às flutuações na receita de suas exportações (SILVA e MONTALVÁN, 2008).

Carneiro (2002, p.15), em seu estudo sobre o destino das exportações e canais de comercialização das maiores empresas exportadoras brasileiras, para o período de 1995 a 2000, atribui a concentração à origem do capital das multinacionais exportadoras instaladas em um país quando diz “pode-se dizer que empresas com capital preponderantemente americano tendem a exportar mais para os Estados Unidos”. O mesmo autor considera que as multinacionais americanas

tendem a exportar mais para países onde suas matrizes tem maior concentração de seu capital.

Abreu (2001), quanto aos destinos, atribui a concentração por país de destino das exportações aos acordos de comércio. De acordo com referido autor, a evidência indica que preferências tarifárias têm tido um papel crucial no deslocamento das exportações, referindo-se ao acordo do NAFTA de livre comércio entre o México, Estados Unidos e Canadá, que afirma na pesquisa que só o México foi responsável por cerca de um terço das perdas líquidas brasileira entre 1992 e 1998.

Quanto mais concentradas as exportações e as importações em setores ou em produtos, mais o comércio é praticado entre os mesmos setores produtivos. O índice de concentração se eleva à medida que a capacidade do estado de importar e exportar bens dentro de um mesmo setor se fortalece, e reduz quando o estado passa a concentrar menos a exportação em um conjunto de bens e a importação em outro conjunto de bens (SARQUIS, 2011).

Outro ponto abordado é a balança comercial dos estados. Segundo o IPECE (2014), a qualificação do saldo da balança comercial regional pode ser expressa através das transações de compra tanto pela ótica do fator agregado como de setores de contas nacionais. Para LOPES e VASCONCELOS (2010), essa conta resume as transações econômicas em volume de exportação e importação que os estados realizaram com o resto do mundo durante um período estabelecido. Estes autores destacam que os principais fatores que determinam o saldo da balança comercial são o nível de renda da economia e do resto do mundo, a taxa de câmbio e os termos de troca. Isto é, quanto maior for renda do estado, maior será a demanda por produtos importados e, conseqüentemente, mais baixo será o saldo da balança comercial. Por outro lado, quanto maior a renda do resto do mundo, maior a demanda por produtos do estado, elevando o saldo. Relativo à taxa de câmbio, LOPES e VASCONCELOS (2010) afirmam que quanto mais desvalorizada a moeda nacional em relação às moedas estrangeiras, maior a competitividade dos produtos locais e, portanto, maior o incentivo às exportações e desestímulo às importações. Por fim, quanto melhores os termos de troca, ou seja, quanto mais caros forem os produtos exportados em relação aos importados, melhor será o saldo da balança comercial.

Por fim, assumindo que o comércio internacional induz de diversas maneiras ao crescimento econômico, conforme apontadas acima, destaca-se o estudo de Easterly e Reshef (2009), no qual uma das premissas assumidas é que o bom desempenho no fluxo de exportações está relacionado com ampliação da pauta exportadora e dos destinos da mesma, como resultado das vantagens absolutas, as quais permitem a penetração em um maior número de mercados com uma maior diversificação da oferta. Assim, economias mais pobres e menos desenvolvidas penetram em menor quantidade de mercados e com uma pauta reduzida de produtos. Hausmann *et al* (2006), os quais construíram um índice que relacionava o nível de renda e as exportações dos países, ressaltam que quanto maior for a diversidade e a quantidade de bens que uma economia produz e exporta, mais perto a economia estará da sua fronteira de produtividade.

A literatura recente, a exemplo da produzida por pesquisadores de organizações internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vem comprovando que os países com uma crescente inserção de suas economias nas correntes do comércio internacional são aqueles que mais cresceram nas últimas três décadas e que deverão continuar crescendo a taxas mais elevadas nas próximas décadas do novo milênio (GALVÃO, 2007).

2.COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO E AS POLÍTICAS EMPREENDIDAS

2.1 MARCO TEÓRICO

O Brasil, até a abertura de sua economia iniciada na década de 1990, praticou um tipo de política de comércio exterior com reduzido grau de sofisticação. O uso de tarifas alfandegárias elevadas e a aplicação da Lei dos Similares* eram um dos poucos instrumentos relevantes com relação às importações. No que se refere às exportações, sempre prevaleceu nas ações governamentais um viés antiexportador, evidente pelo negligenciamento da infraestrutura dos transportes, pela excessiva burocracia e por políticas cambiais que mais desestimulavam que incentivavam as exportações (GALVÃO, 2007)*. Entretanto, a partir da liberalização econômica, com a adoção do plano real e aplicação de uma série de mudanças estruturais na esfera econômica, como a valorização cambial e a diminuição das alíquotas de importação, o país começou a atuar mais fortemente no mercado internacional. Segundo Couto (1997), dentre as ações do então presidente Fernando Collor de Melo estão: a abertura da economia brasileira com políticas públicas voltadas para internacionalização de empresas, liberalização da economia e privatização (COUTO, 1997, p. 46, em MOURA e BARBOSA, 2005).

Tabela 1 Política Monetária Nacional da década de 1990

Medidas da Política Monetária Nacional	Objetivos
Altas taxas de juros	Fortalecer o meio circulante
Reduzidas metas de inflação	Manter a estabilidade econômica
Excessiva proteção à moeda nacional	

Fonte:PESSOTI e SAMPAIO, 2009

Nessa década, o panorama indicava um processo de internacionalização do capital e linhas tênues de fronteiras econômicas, direcionado ao recrudescimento da formação de blocos econômicos (PESSOTI e SAMPAIO, 2009). Para Galvão

*Consistia num índice de milhares de itens com importações proibidas, caso houvesse alguma produção similar no país (GALVÃO, 2007).

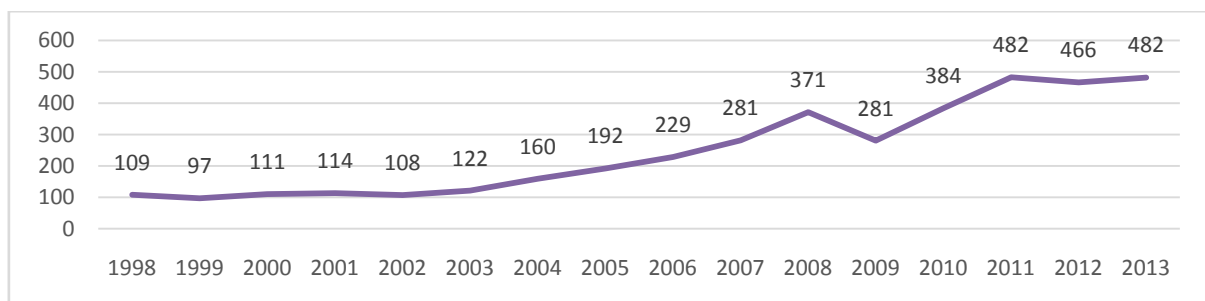
*As discussões sobre comércio internacional e crescimento econômico, temas principais deste estudo, envolvem questões associadas, tais como as políticas tributárias, industrial, tecnológica, sociais e regionais. As referências a esses aspectos são feitas de modo limitado no presente trabalho.

(2007) em Moura e Barbosa (2014), a inserção do país no comércio internacional era a chave do progresso e desenvolvimento, pois a liberalização da economia é a forma mais promissora e eficaz de se obter divisas, integrar países, movimentar a economia, impulsionar o desenvolvimento da tecnologia, aumentar a competitividade e aproveitar de maneira eficaz as vantagens comparativas.

Com o esforço de desenvolvimento sustentado, foi dada ênfase ao caráter de *global trader* do Brasil para incentivar a formação do bloco econômico Mercosul, cujo objetivava abrir novas frentes de comércio, buscar maior liberalização dos fluxos comerciais e de maior acesso aos mercados internacionais, explorar nichos de oportunidades comerciais junto aos centros dinâmicos do hemisfério Norte e consolidar a projeção das exportações nos mercados regionais e nos países em desenvolvimento (CERVO, 1997). A redução ou eliminação das barreiras tarifárias aplicadas, tanto ao setor exportador quanto ao importador, por parte dos países pertencentes ao bloco econômico, e o direcionamento dos investimentos para o desenvolvimento dos setores que apresentam maior potencial de crescimento podem ser apontadas como estratégias para enfrentar os desafios impostos pela ordem mundial no contexto da globalização (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

De fato, a inserção brasileira se tornou expressiva com a redução das alíquotas de importação e com os diversos acordos firmados com os parceiros do Mercosul. Para ilustrar, observou-se que a corrente de comércio brasileira cresceu aproximadamente 440%, de 1990 a 2007, enquanto que as exportações expandiram 411,4% e as importações, 483%, no mesmo período (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

Gráfico 1 Corrente de Comércio Internacional do Brasil em US\$ Bilhão FOB



Fonte: MDIC (elaboração da autora)

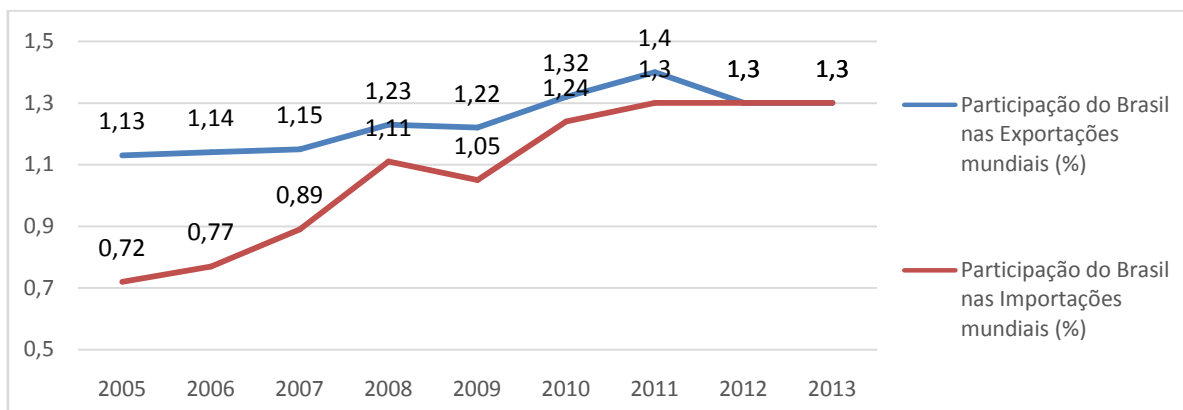
2.2 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO A PARTIR DE 2000

No início dos anos 2000, a política macroeconômica do país se caracterizou pelo contingenciamento do consumo e do investimento, e neste contexto o aumento das exportações mostrou-se insuficiente para induzir um crescimento mais expressivo do PIB, mesmo tendo ampliado os acordos bilaterais e negociado com União Europeia e os Estados Unidos acordos comerciais mais equilibrados (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

A partir de 2002, o crescimento do comércio mundial, sobretudo com o abrupto avanço da economia chinesa e a elevação dos preços das *commodities*, refletindo nas exportações brasileiras, diante do pouco crescimento do PIB, levou a enorme superávit comercial, que permitiu reduzir a dívida externa e ampliar as reservas internacionais. A partir disso, o preço do dólar diminuiu sensivelmente, apesar do aumento das reservas, devido ao montante do superávit comercial e às operações no mercado futuro de dólar, motivado pelas altas taxas de juros (BALTAR, 2008).

É notório que, embora a economia brasileira seja relevante (sétima economia do mundo, segundo relatório do FMI, 2014) quando comparada às demais economias do globo, a sua participação no mercado internacional é baixa. As exportações brasileiras representam pouco mais de 1% do total do comércio mundial e há uma clara concentração das exportações por país de destino e por produto exportado o que representa uma vulnerabilidade da abertura para o país (CARVALHO e ALVES, 2006). Cervo (1997) afirma que a política de comércio exterior nacional foi historicamente concebida apenas como instrumento de reforço à economia e ao mercado interno.

Gráfico 2 Participação do Brasil no mercado internacional



Fonte: OMC

A insuficiência do aumento das exportações para induzir maior crescimento do PIB está relacionada com a pequena participação do comércio no exterior, haja vista o tamanho da economia brasileira e as características desse comércio, em termos das pautas de exportação e importação, as quais limitam os efeitos dinâmicos da ampliação do comércio sobre o crescimento do PIB (BALTAR, 2008).

Carvalho e Alves (2006), entretanto, afirmam que é possível elevar o volume das exportações ampliando a pauta de novos produtos para cada país de destino para os quais já exporta ou diversificar os destinos das exportações através de novos acordos comerciais.

É destacado na literatura que o comércio internacional brasileiro se caracteriza por exportar produtos de menor valor agregado e sofisticação tecnológica, como primários, semielaborados e produtos manufaturados de nível tecnológico intermediário para países em desenvolvimento e desenvolvidos, importando destes produtos manufaturados de alto conteúdo tecnológico e valor agregado, e de países em desenvolvimento produtos primários e semielaborados (BALTAR, 2008). Com esta pauta, o dinamismo das exportações depende de um nível sustentado da atividade econômica nos países em desenvolvimento, que importam produtos manufaturados brasileiros, além de crescimento da demanda mundial por produtos primários e semielaborados. Este crescimento da demanda mundial por produtos primários e semielaborados tem dois efeitos sobre as exportações brasileiras: afeta diretamente as exportações de produtos primários e semielaborados, e beneficia indiretamente as exportações de manufaturados, ao permitir o aumentada atividade econômica nos países em desenvolvimento, cujos importadores desses produtos brasileiros são também exportadores de produtos primários e semielaborados (BALTAR, 2008).

O grande aumento das exportações nacionais ocorreu a partir de 2002, com o incremento do produto e do comércio no mundo, com destaque para a busca por novos parceiros comerciais no Oriente Médio, na Ásia e na África (PESSOTI e SAMPAIO, 2009). Para Laplane e Sarti (2006), “com uma política macroeconômica retardando recorrentemente o crescimento da demanda doméstica, o principal estímulo para a expansão da produção industrial somente poderia vir do exterior”. Assim, essa elevação das vendas brasileiras ao exterior, inclusive de

manufaturados, foi resultado de um câmbio favorável e da dinamização da economia global a partir da aproximação econômica dos Estados Unidos com a Ásia, que culminou em crescente demanda por insumos das economias asiáticas, especialmente da China, que impulsionou a atividade econômica de países que são compradores habituais de produtos manufaturados brasileiros (PRATES, 2006 em BALTAR, 2008).

Ademais, o aumento da demanda por produtos primários das economias asiáticas estimulou a elevação do preço desses produtos e foi acentuado pelo cenário de alta liquidez no mercado financeiro internacional, resultando em efeitos diretos e indiretos sobre as exportações brasileiras. Além dos efeitos imediatos do aumento das exportações de produtos primários para a Ásia e do aumento do valor dessas exportações para a Europa, devido aos aumentos de preços, ocorreram efeitos indiretos mediante o aumento da renda dos outros países em desenvolvimento, que são exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados brasileiros. Por outro lado, a recente reversão na demanda internacional e nos preços dos produtos primários teve o efeito inverso de provocar redução nas exportações brasileiras de produtos primários e manufaturados, traduzindo a vulnerabilidade do país à situação do comércio mundial, associada às peculiaridades da pauta de comércio exterior do Brasil (BALTAR, 2008).

De acordo com Prates (2006), a assimetria entre as pautas de exportação e importação em relação ao grau de intensidade tecnológica resulta em um saldo comercial concentrado em *commodities* primárias, bens de baixa intensidade tecnológica e intensivos em trabalho e recursos naturais. Ou seja, o recente crescimento das exportações, com lento crescimento do PIB e preço do dólar relativamente alto, confirmou o caráter unilateral do comércio com produtos primários, intensivos em recursos naturais e em trabalho (BALTAR, 2008).

De fato, salvo as exportações para os Estados Unidos que têm um conteúdo tecnológico relativamente mais avançado, os produtos manufaturados de maior elaboração são exportados principalmente para países em desenvolvimento, em particular a América Latina, enquanto os produtos exportados para a União Europeia e Ásia são principalmente produtos primários ou semielaborados (PRATES, 2006, em BALTAR, 2008). Ressalta-se, portanto, que um setor exportador desenvolvido é capaz de ter elevados impactos sobre a geração de empregos e renda, bem como sobre a distribuição de riquezas da população. Dolado

das importações, é possível gerar ganhos de bem-estar quando se disponibiliza uma maior variedade de produtos a serem consumidos. E com relação às relações internacionais no sistema financeiro e no fluxo de mão de obra, facilita-se a entrada de recursos produtivos no país (XAVIER *et al*, 2009).

Entretanto, diante da crise econômica internacional que atingiu o mundo no final da última década, o Brasil, assim como outros países emergentes, voltou a crescer entre 2010 e 2011, haja vista a solidez do seu sistema bancário, com forte presença de bancos públicos e ao expressivo volume de reservas internacionais, que desestimularam os ataques especulativos contra a moeda nacional. Bahia(2012) ressalta que o câmbio mais apreciado do início do quinquênio analisado é responsável pela perda de competitividade dos produtos nacionais no mercado externo e ampliação da concorrência dos produtos importados no mercado doméstico, indicando a necessidade de reformas estruturais que fortalecessem a competitividade e criassem as condições para o crescimento econômico sustentado.

Além disso, duas medidas foram determinantes para amortecer tal fato: a maior mobilidade social (surgimento de novas classes médias, rápida redução da pobreza extrema e expansão continuada do mercado interno) e a reorientação da corrente de comércio exterior para os fluxos sul-sul, que aprofundou laços econômicos com antigos e novos parceiros sulamericanos e asiáticos (BAHIA, 2012).

Em 2011, para fortalecer o Brasil como importante *player* no comércio internacional, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior, no qual uma das esferas de atuação é a de comércio exterior, além da tecnológica e industrial (PLANO BRASIL MAIOR, 2013, em MOURA e BARBOSA, 2005), com o objetivo de minimizar os efeitos da sobrevalorização cambial sobre a redução da competitividade de alguns segmentos da indústria nacional, através de ações de desoneração fiscal, incentivo à inovação e criação de novas formas de financiamento à exportação.

2.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL QUE IMPACTARAM NO COMÉRCIO EXTERIOR NORDESTINO APÓS 2010

A intervenção do Estado e as políticas públicas em favor do desenvolvimento podem incrementar os ganhos dinâmicos do crescimento e do

comércio e os fortalecer mutuamente (SARQUIS, 2011). Mas a relação entre comércio e crescimento não é simples e automática, sendo necessária a realização de investimentos na infraestrutura do país, na substituição de importações e na diversificação da pauta exportadora, com maior transformação industrial e agregação de valor na economia. Ela depende muito do conteúdo de elaboração dos produtos e da agregação de valor que existe na produção destes bens (BALTAR, 2008).

A economia brasileira sempre sofreu problemas consideráveis de desequilíbrio externo, fazendo com que as dificuldades com o balanço de pagamentos exigissem alterações frequentes nos instrumentos de políticas comerciais, que afetavam o dispêndio com importações em nível nacional. Além disso, dois outros fatores eram responsáveis pelas oscilações recorrentes nos fluxos das importações: as flutuações nos preços das *commodities* que o país importava (petróleo, trigo e outras matérias-primas) e os anos de baixa taxa de crescimento (ou mesmo de recessão) que a economia nacional apresentou (GALVÃO, 2007).

No caso dos desequilíbrios regionais, o papel do setor público pode ser crucial nas tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas. Uma forma clara de tornar evidente a importância do que foi dito é a análise da dispersão dos investimentos públicos pelos diversos subespaços nacionais. Foi o que ocorreu no bojo das políticas implementadas no processo de diversificação nacional a partir do modelo de industrialização por substituição de importações. Os investimentos públicos e estímulos governamentais (incentivos fiscais e financeiros, principalmente) se concentraram na região Sudeste do Brasil, agudizando as desigualdades do crescimento econômico no país (SILVA FILHO, 1999).

Buscou-se, também, criar condições e prospectar oportunidades para que o comércio internacional servisse ao projeto de desenvolvimento do país. Um dos principais desafios atuais é a obtenção de melhores condições de acesso a mercados para os bens e serviços produzidos no Brasil. Para tanto, dedicou-se atenção prioritária à integração sulamericana e à consolidação e ao aprofundamento do Mercosul, destino privilegiado para as exportações de produtos manufaturados. Encontra-se em ação também o “Núcleo China”, que corresponde aos esforços voltados para o acompanhamento cotidiano das relações econômicos-comerciais do Brasil com o país. Por sua crescente importância para o comércio internacional, os países em desenvolvimento representam parceiros de especial

interesse(PATRIOTA, 2013). Assim, ganhou destaque na agenda externa, as relações com a China, que se caracteriza pela ambiguidade: ou uma grande oportunidade ou uma forte ameaça, pois, ao mesmo tempo que vem contribuindo com o desempenho das exportações de *commodities*, ocorre importante crescimento das importações brasileiras de produtos chineses, sendo necessária a formulação de estratégias para lidar com o país asiático (VEIGA e RIOS, 2011).

As relações econômico-comerciais com o mundo desenvolvido, ao mesmo tempo, receberam atenção diferenciada por meio de contatos intergovernamentais e maior apoio ao setor privado brasileiro (PATRIOTA, 2013).

Assim, era de se esperar que a partir de 2010 emergisse nova política econômica externa, com mudança de prioridade e de alianças nos principais foros internacionais. O governo demonstrou interesse na redução dos desequilíbrios macroeconômicos internacionais quanto ao forte movimento de apreciação cambial por que vem passando a moeda brasileira (VEIGA e RIOS, 2011). Para isso, foram tomadas medidas de política econômica que contribuíram de forma decisiva para reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e mitigar as incertezas geradas nesse novo contexto. O programa de intervenção cambial via *swaps*, implantado em agosto de 2013, foi novamente estendido para além do mês de junho de 2014, conforme anunciado pelo Banco Central (GOVERNO FEDERAL, 2014).

Durante o período, a estratégia de política externa foi a de reforçar as alianças Sul-Sul, particularmente com os grandes emergentes (China e Índia). Ainda que os reflexos da política cambial chinesa estivessem pressionando negativamente a competitividade dos produtos brasileiros, o governo optou por apontar os Estados Unidos como os principais responsáveis pelos desequilíbrios macroeconômicos globais e evitou pressionar o governo chinês a apreciar o yuan (VEIGA e RIOS, 2011). Para além da complementaridade econômica, o Brasil procurou extrair da cooperação com a China metas mais ambiciosas com vistas a contribuir para a competitividade industrial e o avanço tecnológico nacional (PATRIOTA, 2013).

Além disso, percebe-se o esforço pela busca de autonomia e diversificação de parceiros, sobretudo para a integração latino-americana, com o objetivo de reduzir assimetrias nas relações externas e para o aumento da sua capacidade de negociação em foros internacionais (AÇÃO EDUCATIVA, 2013). A adesão da Venezuela ao Mercosul para ampliar o projeto de integração regional, assim como o início das negociações formais para a adesão da Bolívia ao bloco e o

interesse do Suriname e da Guiana em associar-se ao processo são passos importantes em direção à consolidação de uma área de livre comércio na América do Sul (PATRIOTA, 2013).

Nos últimos anos, Brasil e Estados Unidos estabeleceram e consolidaram mais de vinte mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, que cobrem uma ampla variedade de temas nos níveis bilateral, regional e internacional. Oportunidades se abriram no contexto dos megaeventos esportivos, de exploração de recursos energéticos, de investimentos em infraestrutura e em novas tecnologias e de cooperação na área de aviação e defesa, encorajando a colaboração entre os dois países em áreas como educação, tecnologia e inovação (PATRIOTA, 2013).

Assim, tornam-se necessárias diretrizes que possibilitem a universalização do ensino fundamental e do ensino nível médio, bem como, o incremento significativo do ensino de terceiro grau. O incremento do ensino técnico-profissionalizante e, inclusive, parte do ensino de pós-graduação na região, devem merecer programas específicos, observando-se as particularidades reveladas nas atividades efetivas e potenciais encontradas em cada estado nordestino e nos seus subespaços (SILVA FILHO, 1999). No que se refere à educação, campo estratégico para a competitividade do país, a partir de 2010, o PAC 2, o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciências sem Fronteiras. O aumento da oferta de cursos profissionalizantes e do número de bolsas de estudos contribuiu para elevar o nível de escolaridade, tornando os trabalhadores mais produtivos (GOVERNO FEDERAL, 2014).

Hidalgo (2000) lembra que as barreiras não tarifárias também limitam o crescimento de setores que apresentam vantagens comparativas. Especificamente, quanto às barreiras impostas pela União Europeia, é elevada a proteção do bloco sobre produtos como pescados, alimentos, fumo, têxteis, couro, papel e metais (FUNCEX, 1999 em XAVIER *et al*, 2009), o que impacta sobremaneira na pauta de produtos ofertada pelos estados da região Nordeste do país. Tarifas específicas também têm sido utilizadas, principalmente sobre frutas, vegetais e horticulturas, bem como a aplicação de tarifas sazonais. Quotas tarifárias, da mesma forma, recaem sobre produtos agrícolas, impondo tarifas superiores de acordo com o volume importado, principalmente sobre carnes de bovinos, suínos, frango e peru, ovos, leite e laticínios, além de trigo e aveia. As medidas sanitárias e fitossanitárias também funcionam como entrave às exportações, sobretudo sobre setores

agroindustriais. Adicionalmente, os mecanismos da controversa Política Agrícola Comum* protegem principalmente cereais, carne suína, ovos, carne de frango, frutas e legumes, vinhos e produtos lácteos (XAVIER *et al*, 2009). Ademais, o Sistema Geral de Preferências (SGP)* não beneficia amplamente o Brasil, haja vista que o bloco europeu não contempla produtos em que o país transpõe boa competitividade (XAVIER *et al*, 2009). Apesar das dificuldades de entrada de produtos nordestinos no mercado europeu, o bloco constitui o mais importante destino das exportações do Nordeste, como verificado através do MDIC (2014). É essencial destacar que o comércio internacional apresenta restrições além das barreiras tarifárias e não tarifárias (subsídios, direitos *antidumping*, etc.), como é o caso dos desarranjos de comércio bilateral e/ou multilateral (HIDALGO e MATA, 2005). Portanto, é necessário maior ativismo do governo na política comercial pois são crescentes as demandas por aumento de proteção (seja por tarifas ou uso mais intensivo de defesa comercial) (VEIGA e RIOS, 2011).

A criação da Coordenação Geral de Contenciosos (CGC) na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores e seu fortalecimento nos últimos anos tem servido de estímulo à formação de uma equipe de diplomatas com alta especialização em disputas comerciais, cujo trabalho já rendeu ao Brasil benefícios importantes nos campos econômico, político e ambiental (PATRIOTA, 2013).

No que diz respeito às importações, Galvão (2007) coloca que quando um país apresenta déficit em suas transações correntes e não consegue financiá-lo, então sua capacidade produtiva será afetada pela redução das importações necessárias a seu crescimento econômico, como bens de capital, tecnologia e insumos, defrontando-se com uma severa restrição para crescer, ficando impedido de utilizar plenamente os seus recursos produtivos domésticos. Dessa forma, se o país apresentar recorrentes necessidades de importação e, concomitantemente, é incapaz de expandir suas exportações, cria-se um círculo vicioso de baixo

*Política Agrícola Comum (PAC) é da competência da União Europeia (UE) e dos Estados-Membros e busca assegurar preços razoáveis aos consumidores europeus e uma remuneração equitativa aos agricultores, nomeadamente mediante a organização comum dos mercados agrícolas e o respeito pelos princípios fixados na Conferência de Stresa em 1958 (unicidade dos preços, solidariedade financeira e preferência comunitária) (EU, 2014).

*O SGP foi idealizado para que mercadorias de países em desenvolvimento pudessem ter acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases não recíprocas, superando-se, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento (MDIC, 2014).

crescimento. Porém, quando se trata do caso de uma região específica desse país, o problema é ainda mais grave, haja vista que o crescimento dessa região irá depender não só de suas exportações, mas também das transações com o restante do país (XAVIER *et al*, 2009).

Nesta perspectiva, é importante levar em conta que a economia de uma região pode sofrer sérios problemas de estrangimento externo para crescer. De igual maneira que um país, quando uma região apresenta um grande déficit nas suas transações correntes (seja com o exterior da nação, seja com o resto do país) e não pode ser totalmente financiado por transferências de recursos (do resto do país ou do resto do mundo), a economia da região será levada a reduzir o crescimento de sua demanda agregada e, assim, sua capacidade de crescimento, passando a se defrontar com uma grave restrição para crescer por não poder financiar, em nível adequado, o volume de importações de insumos, bens de capital, tecnologia e outros requerimentos indispensáveis às suas necessidades de crescimento (GALVÃO, 2007).

Segundo (HIDALGO, 2000, p.561, em VIANA, 2006):

“Com a intenção de atingir este objetivo são necessárias não apenas medidas concretas de políticas econômicas de estímulo aos investimentos, infraestrutura, a fim de aumentar a produção exportável e diminuir os custos de exportação, mas principalmente o engajamento do setor privado exportador no desenvolvimento de vantagens competitivas e aproveitamento das vantagens e recursos naturais da região.”

Atendo-se à participação do governo brasileiro nas relações econômicas internacionais, mais especificamente no campo da paradiplomacia financeira, percebe-se que a motivação para a extensão das relações internacionais está associada ao fato de que, para os entes subnacionais que estejam adimplentes com suas metas fiscais e com capacidade de endividamento, há bastantes recursos disponíveis a serem captados junto a fontes externas, cujas operações apresentam custos e condições mais razoáveis. Trata-se, assim, de uma fonte viável de financiamento para os programas de investimento e desenvolvimento local e regional, com reflexos positivos sobre a projeção externa do país, além do acesso a melhores práticas e inovações fornecidas pela assistência técnica e financeira internacional (BESSA e MATOS, 2014).

O governo anunciou a isenção do imposto de renda sobre ganhos de capital para os investidores em ações de pequenas e médias empresas como forma de viabilizar a capitalização destas a menores custos. Ele também prorrogou os incentivos tributários para emissão de debêntures de infraestrutura até o final de 2020 das áreas de educação, saúde, hídrica e irrigações, para aumentar a quantidade de instrumentos de financiamento de investimentos de longo prazo dada a maior participação da iniciativa privada como fonte complementar de *funding* (GOVERNO FEDERAL, 2014).

Quanto à política fiscal, nesse sentido, segundo o Comitê Gestor do PAC, ao mesmo tempo em que os resultados primários positivos têm possibilitado a manutenção da dívida pública líquida a nível reduzido, o espaço fiscal aberto tem sido canalizado à ampliação de investimentos cruciais para o desenvolvimento econômico e social e para as desonerações tributárias, voltadas para o investimento e para a produção. Além disso, vários incentivos têm sido concedidos para a ampliação da capacidade produtiva na economia, como o IPI em material de construção, bens de capital e caminhões. O Programa de Investimentos em Logística (PIL), com concessões em aeroportos, rodovias, portos e energia, alinha-se à estratégia do PAC como peça fundamental para a superação de gargalos, aumentos da produtividade e competitividade da economia, promovendo os investimentos privados em setores estratégicos e dinâmicos. O eixo energia do PAC 2 realiza ações em geração e transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo e gás natural, fertilizantes, refino, petroquímica e combustíveis renováveis, que garante a exploração e o desenvolvimento da produção dos campos de petróleo em terra e mar, no pós e pré-sal, além da revitalização da indústria naval. Em fertilizantes e gás natural, destaque para o início da construção de planta de fertilizantes da UFN V, que irá agregar ao País a capacidade de produção de 519 mil toneladas por ano de amônia, tornando o país mais independente nesse setor.

Schachtel *et al* (2007), tendo em vista os problemas que envolvem o comércio exterior na região Nordeste do Brasil, destacam os entraves dos processos de exportação ou importação desses produtos que impactam de forma negativa na competitividade internacional da indústria nordestina e, conseqüentemente, na economia da região. Para o autor, são diversos os obstáculos, e o direcionamento das ações dos setores público e privado deveria ser efetuado com uma análise mais profunda sobre o setor exportador dos estados, a fim de que tais iniciativas fossem

voltadas para a expansão de forma sustentada do volume das vendas externas, para a diversificação da pauta com produtos manufaturados de maior valor agregado, para a redução da dependência a poucos mercados compradores e para a ampliação do número de pequenas e médias empresas exportadoras. Os empecilhos no processo exportador, resumidamente, envolvem a ordem tributária e burocrática, como a instrução normativa 455 do SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), que não permite pessoa física de comercializar internacionalmente e determina inspeção de cem por cento da carga provocando perda de prazos, por exemplo; correspondem às barreiras protecionistas (tarifárias e não tarifárias), a taxa de câmbio, a frágil cultura exportadora do empresariado, a reduzida intensidade na promoção comercial, a concentração em poucos mercados de destino, a participação crescente da China como mercado exportador no cenário mundial, os entraves e custos elevados relativos à logística e ao escoamento das mercadorias, as dificuldades para a realização de negócios e de acesso ao crédito e o pequeno número de empresas exportadoras.

Notadamente, as pequenas e médias empresas (PMES) devem receber decidido apoio do Estado para incrementar sua capacidade de inovar (SILVA FILHO, 1999). Para isso, o MDIC (2010) descreve os mecanismos de suporte à exportação de bens e serviços do governo federal, os quais são realizados por meio de incentivo fiscais, crédito e financiamento, promoção comercial, apoio logístico e capacitação e informação.

Tabela 2 Instrumentos do Governo Federal de suporte à exportação

Mecanismos do Governo Federal de suporte à exportação de bens e serviços:

<i>Incentivos Fiscais à exportação</i>	Drawback; Admissão temporária; Exportação temporária; Tratamento tributário nas exportações de bens e serviços; PEXPAM – Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental.
<i>Crédito e Financiamento à Exportação</i>	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio e Adiantamento sobre Cambiais Entregues; ACC indireto; ACC e ACE rural; BNDES Exim; Internacionalização de empresas do BNDES; Empreendimentos apoiáveis do BNDES; Proex – Programa de Financiamento das Exportações; Proger Exportação; FNO Exportação; Cresce Nordeste Exportação; Fundo de garantia à exportação; Fundo de garantia para promoção da competitividade.

<i>Promoção Comercial</i>	Brasil Web Trade; Vitrine do Exportador; BrazilTradeNet; Projeto Setorial Integrado; Projeto <i>Tradings</i> ; Feiras Multissetoriais; Missão Comercial; Projeto Comprador; Promoção de Negócios em Cadeias Varejistas; Promoção de complexos (Sabores do Brasil, Brasil Tecnológico, Moda Brasil, Brasil Casa Design, Talento Brasil); Eventos âncora (Fórmula Indy, Expo Xangai, Copa do Mundo); Consultoria em Gestão de Marcas Setoriais; Brasil <i>Point</i> ; Inserção Internacional Competitiva Suframa; Atividade de Avaliação da Conformidade do Inmetro; Cooperação Internacional do INPI; SIBRATEC-FINEP; Centros Internacionais de Negócios; Catálogos de Exportadores Brasileiros – CNI; SECOMs – Setores de Promoção Comercial – Itamaraty; Missões Empresariais do MDIC.
<i>Apoio Logístico</i>	Exporta Fácil; Apoio à Instalação Local.
<i>Capacitação e Informação</i>	Potencial Exportador; Rede CICEX – Rede de Centros de Informação de Comércio Exterior; Primeira Exportação; Redeagentes – Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior; Portal do Exportador; Radar Comercial; Fala Exportador; Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX; Progex; Capacitação em Negócios Internacionais do Banco do Brasil; Consultoria em Negócios Internacionais do Banco do Brasil; Missão Cultura Exportadora; Planejamento Estratégico de Internacionalização; Capacitação em Cultura Exportadora; Curso de Capacitação – INPI; Programas de Internacionalização para MPÉs – SEBRAE; Curso de Internacionalização para MPÉs – SEBRAE; Aprendendo a Exportar; Alerta Exportador – INMETRO; Barreiras técnicas – INMETRO
<i>Estudos, pesquisas e publicações</i>	Pesquisa de mercado; Estatísticas de Comércio Exterior; Estudos sobre Setores Brasileiros – APEX; Segurança e Comércio Internacional – CAMEX; Estatísticas Internacionais – MCT; Dados estatísticos do Mercado Externo – MAPA; Termo de referência do SEBRAE; Oportunidades de investimentos e negócios em serviços; Panorama do comércio internacional de serviços.

Fonte: MDIC (elaboração autora)

3. A REGIÃO NORDESTE E AS PARTICULARIDADES RELATIVAS AO COMÉRCIO EXTERNO

3.1 ANTECEDENTES

A região Nordeste do Brasil, até o século XIX, foi o motor da economia do país, sobretudo devido às atividades extrativistas e sucroalcooleira ali desenvolvidas. Nesse contexto, destaca-se a Constituição de 1946 que promoveu incentivos federalistas propondo uma divisão de caráter cooperativo entre governo federal e governos subnacionais, oferecendo apoio às regiões menos favorecidas economicamente, que consistia na reserva de 3% da arrecadação fiscal para gastos na região nordestina (GASPAR, 2003). Tratava-se, portanto, do primeiro mecanismo cujo objetivo era equilíbrio estrutural e compensatório entre os estados da federação brasileira. Logo após, foi criado no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), como uma instituição de crédito de médio e longo prazo para a região, e, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que foi a instituição pioneira em planejamento econômico para a região, que incluía infraestrutura, reestruturação agrícola, desenvolvimento industrial e mineral, entre outros aspectos (AMARAL FILHO, 2010), pois os custos que envolviam o desenvolvimento de parque produtivo não estavam incluídos no orçamento nacional que vinha para a região, que “devido ao seu caráter assistencial, são gastos que quase nenhum efeito tem na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema” (VIANA, 2006).

Diante disso, buscando impulsionar o desenvolvimento regional brasileiro na década de 1960 e baseado na política de industrialização implementada no sul da Itália (*Cassa Del Mezzogiorno*), a qual se tratava de um sistema de uso de incentivos fiscais para o barateamento da formação de capital e da produção, o Governo Federal adotou um sistema de incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste do Brasil por ocasião da criação da SUDENE (CARVALHO, 1979, em DINIZ, 2009).

Entretanto, ocorriam dois equívocos por parte do governo federal, os quais contribuíram para o aprofundamento das disparidades sociais e econômicas. Primeiro, a concessão de subsídio ao açúcar, que estimulava o atraso tecnológico e

a concentração de renda na mão dos usineiros; e segundo, a estratégia de combate à seca que se sustentava nas obras de construção de açudes realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de reter as águas das chuvas, a qual culminava na apropriação dos recursos hídricos pelos grandes latifundiários do sertão. Ademais, somava-se a estes, o forte apoio empreendido pelo governo federal em forma de subsídio e investimento em infraestrutura, a favor da industrialização e dos industriais do Centro-Sul (AMARAL FILHO, 2010).

De acordo com Xavier & Viana (2005) em Xavier *et al* (2009), o setor exportador nordestino foi intensamente influenciado pelas políticas públicas de desenvolvimento implementadas principalmente durante as décadas de 1960 e 1970. Apesar dos esforços, não se desenvolveu na região um parque industrial dinâmico, culminando na limitação da pauta exportadora de seus estados, cuja composição se dava por “produtos de processamento básico, *commodities* tradicionais e produtos da indústria tradicional, ou seja, daqueles setores que receberam investimentos públicos ou em que a região possui vantagem comparativa” (XAVIER & VIANA, 2005, p.459). Galvão (2007) assinala que o parque produtivo instalado no Nordeste desde os anos de 1960, através dos incentivos da SUDENE e do BNB, foi constituído conforme o regime de licenciamento de importações indicava, no qual a produção se voltava prioritariamente ao suprimento de insumos, bens intermediários e de alguns produtos finais de consumo para os mercados da própria região e do restante do país.

A SUDENE estabelecia incentivos e benefícios fiscais, que previam a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), os quais asseguravam recursos para a realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos, e determinavam a entrega de 3% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em setores produtivos da região, respectivamente (SUDENE, 2014). Enquanto que o BNB dispunha do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), criado em 1974, constituído de recursos aplicados em ações e debêntures, destinados a apoiar financeiramente empreendimentos instalados na área de

atuação da SUDENE, cuja principal fonte de recursos são opções para Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de todo o país (BNB, 2014).

Nessa perspectiva, enquanto a economia da região crescia, o seu parque produtivo reduzia a sua dependência dos mercados externos e, concomitantemente, aumentava a sua dependência das economias do resto do país. É relevante o fato de que as políticas de subsídios e incentivos fiscais e financeiros às exportações das décadas de 1960 e 1970 objetivavam a diversificação da pauta de exportações de primários não tradicionais (soja e seus derivados, suco de laranja, minérios) e alguns tipos de manufaturados, como couros, calçados e produtos siderúrgicos. Essas políticas incentivaram principalmente a base produtiva das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, quase que excluindo os tradicionais produtos da pauta de exportações do Nordeste, como o açúcar, o cacau, o algodão e oleaginosas. Dessa forma, o papel do Nordeste na fase de industrialização nacional foi se restringindo a exportar para o exterior os excedentes da sua agroindústria tradicional e, para o interior do país, as matérias-primas e bens intermediários (GALVÃO, 2007).

Com o golpe militar, as linhas de ação se restringiram à expansão da malha de infraestrutura e suporte à industrialização, limitando a atuação da Superintendência. Com seu papel enfraquecido, a SUDENE teve suas atividades encerradas, por meio da Medida Provisória nº 2.156-5, em 2001. O apoio aos estados foi, conseqüentemente, mitigado, cabendo aos entes subnacionais procurar mecanismo autônomos de promoção do desenvolvimento na condução do planejamento econômico. Uma alternativa foi abrir a economia ao capital estrangeiro, sobretudo por meio de incentivos fiscais (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

Com efeito, diante do cenário de relativa estagnação da economia nacional, o contexto de políticas de estabilização de contenção inflacionária prevalecente no país desde os anos 1990 e a necessidade de crescentes superávits primários em nível nacional não eram favoráveis a incrementos na disponibilidade de recursos para transferências interregionais, conforme Galvão (2007). Hidalgo (2000) em Xavier *et al* (2009) aponta para as oportunidades de mercado emergentes, as quais exigiam que a região fosse mais competitiva, sendo necessárias medidas de estímulo às políticas de incentivo aos setores potenciais à dinâmica regional de exportações. Galvão (2007) em Xavier *et al* (2009) destaca que “somente um forte e crescente influxo de capitais externos (internacionais e do resto do país), associado

a uma vigorosa expansão de suas exportações, seria capaz de possibilitar a obtenção das elevadas taxas de crescimento que se esperam para a região”.

Ao longo dos anos, a região conseguiu montar uma base industrial não desprezível, embora relativamente pequena e frágil quando comparada com a do Sudeste (AMARAL FILHO, 2010). Desta maneira, o Nordeste não conta mais com os tradicionais sistemas produtivos primários exportadores, mas no lugar destes estão os polos produtores de frutas, algodão e soja. Identifica-se na região uma variedade de “modelos” incompletos desempenhando papel de catalisadores desse processo. Nele se encontram: o agronegócio exportador em emergência, na Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará e Maranhão; o modelo industrial de “base econômica”, atendendo aos mercados externo e interno, formado de maneira incremental pelos incentivos fiscais e créditos subsidiados ou de forma radical pelo *big push* do II PND; os sistemas e arranjos produtivos compostos, principalmente, por micro e pequenas empresas; complexos sistemas produtivos situados nas capitais nordestinas, a exemplo do setor da saúde; o complexo turístico costeiro; centros isolados de ensino e pesquisa de excelência, formando capital humano e gerando pesquisas para a região e outros estados ainda insuficiente; infraestrutura pouco sofisticada, com necessidade de melhoria nas estradas, portos e aeroportos internacionais (AMARAL FILHO, 2010).

Por ser uma região geograficamente periférica em relação ao eixo desenvolvido, acolhendo um sistema econômico com baixa competitividade, o Nordeste foi pouco beneficiado pela globalização, tanto no que diz respeito ao deslocamento dos capitais e investimentos produtivos como no tocante à valorização dos preços das *commodities*. Nesses dois aspectos desvantajosos, exceções podem ser feitas ao investimento da Ford na Bahia, às exportações de soja, couro e calçados e mais alguns poucos segmentos (AMARAL FILHO, 2010).

Além disso, a questão do federalismo nacional, de fundamental importância para o desenvolvimento dos estados da região Nordeste, destaca a natureza do regime político em vigor no Brasil, que historicamente, sempre predominou um tipo de federalismo fortemente desigual, no qual algumas regiões exercem maior capacidade de extrair do governo central uma maior fração dos recursos públicos, na forma de gastos correntes, de investimentos em infraestrutura e de empréstimos de entidades financeiras federais. O fenômeno das “guerras fiscais” citado acima reflete o vazio deixado pela União no seu trato com os estados

menos desenvolvidos e a natureza do federalismo fortemente assimétrico que opera no país (GALVÃO, 2009).

No período pós-abertura comercial, o Nordeste revelou pauta exportadora com forte presença de setores que não tinham ainda aproveitado oportunidades expressas pela dinâmica do mercado mundial, isso indicava que haviam espaços importantes a serem ocupados (MELO, 2009). Muitos estudiosos sugeriram empreender por meio de ações conjuntas entre governos e empresários, maneiras de aproveitar as “janelas” comerciais existentes (XAVIER *et al*, 2009). Vale destacar, porém, que a capacidade dos estados em aproveitar as oportunidades de crescimento das exportações é amplamente afetada pelas decisões de política comercial nas regiões demandantes, que limitam, inclusive, o crescimento de setores que apresentam vantagens comparativas (XAVIER *et al*, 2009).

Galvão (2007) diz que o Nordeste pode ter um melhor aproveitamento no setor exportador através do desenvolvimento de polos de exportação e elevação do conteúdo tecnológico sobre o processo produtivo, mesmo em segmentos de produção primária. Sugestões de outros estudos, realizado pela SUDENE (1999), indicam que as políticas de comércio exterior voltadas para a região devem promover as exportações do conjunto de produtos identificados como “pontos fortes”*, articulando ações na região por meio de instituições como BNDES, BNB, CODEVASF, IBAMA e BB, fazendo uso de incentivos do FINOR e FNE; investindo na formação de recursos humanos, com a utilização das escolas técnicas e agrotécnicas da região; e criação de linhas de crédito subsidiada aos setores de exportação junto a órgãos supracitados (XAVIER *et al*, 2009).

Dessa forma, as estratégias de incentivo às exportações nordestinas deveriam surgir de uma sinergia entre o setor público e privado para tentar superar os desafios impostos pela nova ordem econômica internacional e pela própria estrutura da economia nordestina (GALVÃO, 1996, em VIANA, 2006). Conforme a literatura ressalta, o papel do Estado na promoção de políticas internacionais voltadas para o crescimento econômico é de fundamental relevância na elaboração de estratégias, visto que as políticas específicas de alguns estados nordestinos,

*São julgados “pontos fortes” aqueles setores que têm taxa de cobertura de importação e vantagens comparativas reveladas maiores que a unidade. Esses setores são considerados como possíveis oportunidades de inserção e expansão comercial, permitindo conhecer o grau de aproveitamento e adaptação da oferta dos produtos de um país ou região à demanda internacional (VIANA, 2006).

estruturadas basicamente em incentivos fiscais, na implantação de infraestrutura necessária (inclusive doação de terrenos) e na garantia de formação de recursos humanos, são capazes de mudar a configuração da oferta da região (FONTENELE; MELO & DANTAS, 2001).

Para HIDALGO (2000), o esforço de reverter o quadro de relativo isolamento dos estados nordestinos no comércio internacional e aproveitar as oportunidades de mercado exige melhor desempenho competitivo, necessitando-se não apenas de medidas como o estímulo ao investimento e à infraestrutura, mas também de políticas de engajamento dos setores mais potenciais à dinâmica de exportações (XAVIER *et al*, 2009), que possibilitarão alterar o caminho insulado da política externa brasileira, aproximando-se da lógica das políticas públicas (AÇÃO EDUCATIVA, 2013).

As vulnerabilidades estruturais da região e os desníveis econômicos e sociais observados entre o Nordeste e as regiões mais prósperas do país ainda recomendam fortemente que se incremente os fluxos de poupanças para o Nordeste do Brasil, através de mecanismos extramercado. Logo, continua a ser fundamental o fortalecimento dos instrumentos clássicos de política regional (incentivos fiscais federais, crédito oficial, investimentos em infraestrutura e de empresas estatais existentes na região) (SILVA FILHO, 1999).

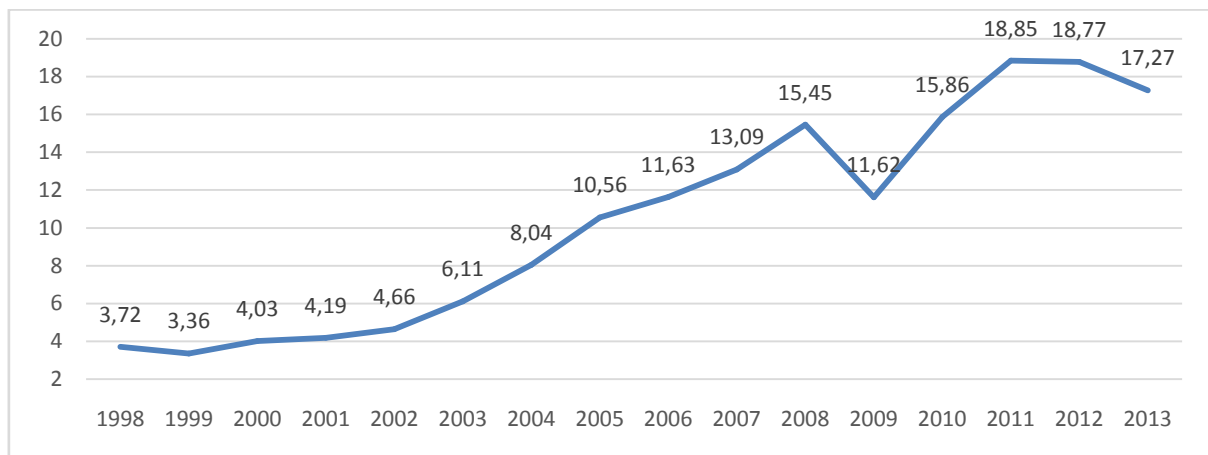
3.20 NORDESTE NA ÚLTIMA DÉCADA

Galvão (2009) ressalta o “Novo Nordeste Industrial”, que parece estar surgindo desde o início deste novo milênio. Refere-se às refinarias (em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão), às siderúrgicas, aos estaleiros navais, aos novos complexos petroquímicos, às indústrias na área farmoquímica, à indústria automotiva (Ford, na Bahia, e Fiat, em Pernambuco), aos parques eólicos e vários outros estabelecimentos fabris constantemente anunciados pelos governos dos estados.

Verifica-se que a região Nordeste apresentou uma tendência de instabilidade no nível de suas exportações no período de 1989 a 2004, porém, em termos de volume exportado, manteve-se no mesmo patamar sem grandes elevações (SILVA *et al*, 2008). Entre 2000 e 2004, a participação das exportações de produtos básicos cresceu em detrimento dos produtos industrializados (MELO,

2009). Observa-se que o comércio exterior da região Nordeste, a partir de 2003, apresentou maior dinamicidade em relação aos anos anteriores, principalmente no que se refere às exportações. De 2003 a 2005, as vendas regionais ao exterior aumentaram cerca de 30% ao ano. Já, em 2006, o incremento foi menos significativo, resultando em 10%. (MELO, 2009)

Gráfico 3 Exportações da Região Nordeste em US\$ bilhão FOB



Fonte: MDIC (elaboração autora)

A pauta das exportações nordestinas possui fortes características de produtos em regressão e decadência segundo o dinamismo da demanda mundial. Assim, a região expressa déficit cada vez mais profundo do resultado do comércio para os setores mais dinâmicos (MELO, 2009). A participação da região nas exportações nacionais, de 2010 a 2013, exibiu variação negativa, caindo de 7,86% para 7,14% (MDIC, 2014). Assim, é notável que a sua economia conta com um relativo insucesso no comércio exterior, segundo Silva *et al* (2008), os quais destacam os seguintes motivos: a inexistência de uma cultura exportadora e a elevada concentração da oferta num número reduzido de produtos tipo *commodities* homogêneas, sendo considerada, portanto, altamente fechada para os padrões modernos de comércio internacional. De maneira geral, a região é caracterizada pelo relativo isolamento no mercado mundial, cuja produção é baseada em produtos de baixo valor agregado e reduzido conteúdo tecnológico (embora tenha ocorrido pequena melhoria na composição da pauta quanto à

intensidade tecnológica*) (XAVIER *et al*, 2009), com forte especialização, revelando características de acentuada concentração em todos os níveis: setorial, empresarial e de parceiros (MELO, 2007), demonstrando grande fragilidade e vulnerabilidade frente a políticas que afetam suas exportações, tanto políticas internas quanto externas. No que se refere às exportações desses estados, a concentração pode ser caracterizada de dois modos: por setor do produto exportado (fator agregado e contas nacionais) e por país de destino.

Conforme HIDALGO & DA MATA (2004, p.267):

Um país com estrutura de exportações pouco diversificada, e até restrita a poucos produtos primários, pode apresentar desequilíbrios estruturais graves, diante de mudança no mercado. A concentração pode gerar instabilidade da receita de exportações. Argumenta-se que, nestas condições, o setor externo pode representar uma restrição severa ao crescimento, quando a sua dinâmica não é capaz de gerar os recursos para o crescimento.

Pelo que foi analisado, os estados da região Nordeste são pouco dinâmicos em termos de comércio internacional. A ausência de um padrão estável de comportamento das exportações nordestinas reflete a concentração da sua pauta em poucas *commodities* ou bens semimanufaturados de baixo valor agregado, que sofrem mais intensamente os efeitos da conjuntura internacional (GALVÃO, 2007), isso sem contar que concorrem diretamente com mercados que também dependem de *commodities* homogêneas no comércio internacional (SILVA *et al*, 2008).

Essa concentração de produtos primários na pauta exportadora nordestina pode ser explicada, por um lado, pela teoria das vantagens comparativas do clássico David Ricardo. Ao comentar sobre essa teoria, Krugman (2001), afirma que os “países comercializam para obter economia de escala na produção” (CARVALHO e ALVES, 2006). De acordo com Ferreira (2003), por outro lado, grande parte das decisões da política comercial brasileira é resultado do poder de pressão de grupos organizados, da atuação de *lobbies* setoriais ou de associações industriais que buscam defender os interesses próprios e que não deveriam ser confundidos com os interesses da população brasileira (CARVALHO e ALVES, 2006).

* A qualificação das pautas de exportação estaduais pela intensidade tecnológica dos produtos exportados foi desenvolvida pela OCDE, considerando os custos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação à produção e ao valor adicionado de cada setor (MELO, 2009).

No que se refere às empresas exportadoras, há um poder de mercado, que pode ser caracterizado como poder de monopólio, nas mãos dos principais exportadores nordestinos, conforme se constata para o caso dos exportadores de cana de açúcar e derivados no estado de Pernambuco, onde os principais exportadores desse estado representam mais da metade de tudo que tais estados vendem ao exterior. Do mesmo modo, países desenvolvidos utilizam-se de seu poder de monopólio pagando preços mais baixos para determinados produtos, prejudicando, desse modo, as exportações dos produtores originários de regiões menos desenvolvidas como o Nordeste. Esse poder apresenta um custo social elevado para as economias vendedoras do produto, pois há o risco para o país exportador de recebimento de valores inferiores ao ofertado numa economia competitiva, além de induzir a um menor nível de produção, levando os produtores a perder um excedente que poderiam conseguir numa economia competitiva. Além disso, há a hipótese de que uma economia dependente fica vulnerável a qualquer crise que venha a ocorrer no país comprador, podendo haver como consequência uma quantidade maior de desemprego e menos renda para a economia vulnerável (CARVALHO e ALVES, 2006). Essa centralização denota a ausência de estrutura sólida e suporte estadual dirigidos à internacionalização das empresas e a ascensão de uma cultura exportadora (MOURA e BARBOSA, 2014).

Assim, é necessário que o Nordeste, tanto como região agregada quanto desagregada, diversifique sua pauta de exportações ou preencha espaços, já que possui uma forte presença de produtos que apresentam oportunidades perdidas pelo país no comércio mundial, para que haja políticas de promoção comercial, ao mesmo tempo em que procure ser mais dinâmico com relação a seus produtos dentro do mercado internacional para que sua vulnerabilidade diminua e a região possa crescer mais rapidamente, tendo em vista que a literatura econômica aponta que exportações influenciam positivamente no crescimento do PIB (SILVA *et al*, 2008).

Além disso, a elevada concentração cruzada, ou seja, comparando-se o produto e país de destino, constatada para a maioria dos estados da região, exceto para o estado do Ceará, indica vulnerabilidade a mercados externos e a determinados produtos com repercussões negativas para o futuro econômico dos estados (CARVALHO e ALVES, 2006).

Dadas às novas características do padrão de crescimento da economia nacional e o baixo nível de escolaridade dos agentes produtivos nordestinos, o efetivo incremento do capital humano será fator condicionante do sucesso das políticas de desenvolvimento regional a serem adotadas no futuro (SILVA FILHO, 1999).

Conforme foi destacado, com o “novo padrão de acumulação da economia nacional” outros fatores surgiram, tanto endógenos como exógenos à economia regional, que devem ser considerados nas intervenções desenvolvimentistas. O Nordeste, no comércio internacional, caracteriza-se por seu caráter exportador de produtos intensivos no uso de recursos naturais, sendo estes os mais influenciados por variáveis exógenas pelo lado da demanda, como o nível de renda mundial e pelos preços internacionais (CAVALCANTI E RIBEIRO, 1998, em SILVA *et al*, 2008). Versiani e Rezende (2009) em Kovacset *al* (2011), por sua vez, identificaram que o mercado interno exerce forte influência na cadência das exportações.

Ademais, o acirramento da concorrência entre as firmas, decorrente da maior exposição da economia nacional aos fluxos de produtos internacionais, tem provocado transformações no processo produtivo das empresas nacionais, como por exemplo, no novo padrão de localização, podendo ser identificado na transferência de uma parte considerável das indústrias de calçados do Sul e Sudeste para o Nordeste do Brasil (SILVA FILHO, 1999). Essa observação é reforçada pelo recente dinamismo econômico, que se pauta num processo de mudanças no perfil produtivo, cujas áreas dinâmicas podem ser representadas pelo Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia, pelo Polo Têxtil e de Confecções de Fortaleza, pelo complexo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro e pelas áreas de moderna agricultura de grãos dos cerrados (Bahia, Piauí, Maranhão) (VIANA, 2006). O Nordeste conta também com quatro grandes portos de águas profundas (Aratu, na Bahia; Suape, em Pernambuco; Pecém, no Ceará; e Itaqui, no Maranhão), que funcionam acoplados a distritos industriais, os quais possibilitam o surgimento de áreas de potencial relevante para a atração de novas indústrias (GALVÃO, 2007).

Para alguns analistas regionais e *policymakers* nacionais, a industrialização no Nordeste é inviável, em decorrência do baixo nível educacional e da inexistência de mão de obra qualificada. No entanto, uma nova visão entre muitos teóricos do crescimento que coloca que sem educação o crescimento não é

possível, mas que sem crescimento os investimentos em educação podem ser inúteis (EASTERLY, 2004, em GALVÃO, 2009). Nesse contexto, afirma-se de um lado que a acumulação do capital humano é a grande fonte do crescimento e a expansão da escolarização exerce influência crucial no desempenho futuro de uma economia. E por outro lado, tais estudos também mostram que o treinamento no trabalho (*learningbydoing*) é a maior fonte de acumulação do capital humano (ROMER, 1986; LUCAS, 1988; em GALVÃO, 2009). Assim, o autor frisa que o problema do baixo nível da escolarização e da deficiência de mão de obra qualificada, pode ser resolvido durante o processo de crescimento (como é o caso da China), através de ações conjuntas das próprias empresas, do apoio dos governos (centrais, estaduais e municipais), de certas entidades formadoras de mão de obra (como o Sistema S no Brasil), de instituições de pesquisa e de universidades públicas e privadas.

4. OS CASOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS DA BAHIA, DO CEARÁ E DO PERNAMBUCO

Esta seção discorre sobre o desempenho no comércio internacional da Bahia, do Ceará e do Pernambuco, no período de janeiro de 2010 a junho de 2014, a partir do panorama histórico-econômico destes entes subnacionais, observando as ações relevantes que impactaram no comércio internacional em prol do crescimento econômico, empreendidas pelos governos estaduais, haja vista influência identificada do setor externo na promoção do crescimento econômico.

4.1 BAHIA

A Bahia é o maior estado da região Nordeste, possuindo 932 quilômetros de extensão litorânea, onde se localizam três portos (Salvador, Aratu e Ilhéus), demonstrando sua qualidade exportadora (PESSOTI e SAMPAIO, 2009). Na sua área total, dispõe de 1.065 km cobertos por cursos de água e 130.000 km de estradas (ITAMARATY, 2003).

Com uma população estimada de 15,1 milhões de pessoas (IBGE 2013), o estado conta com uma economia relevante, cuja atuação se destaca nas atividades relativas à agropecuária, indústria, mineração, turismo e serviços. Assim, observa-se, na agricultura, a importância da produção de cacau, sisal, mamona, coco, feijão, mandioca, cana de açúcar e soja. No setor industrial, o estado atua no setor químico, petroquímico, agroindústria, informática, automobilística e peças, com destaque para os segmentos de papel e celulose, têxtil, calçados e eletrônicos, contando com três complexos industriais (Polo Petroquímico de Camaçari, Complexo Industrial de Aratu e Centro Industrial de Suboé). Na atividade extrativista, tem apresentado grande potencial na exploração de ouro, cobre, magnetita, sal-gema, barita, manganês, chumbo, talco e petróleo, dispondo de três estaleiros e mais um em construção, para exploração de petróleo na camada pré-sal (BAHIA, 2012).

Seu caráter industrialista foi desenvolvido pela esfera governamental no anseio de promover transformação nas bases de sua estrutura produtiva, cujo processo de industrialização foi liderado pelos setores químico e petroquímico desde 1950. Tal processo foi favorecido pelo surgimento do BNB e da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, mediante o planejamento econômico para desenvolvimento da Bahia

com a instituição da Comissão de Planejamento Econômico em 1955 (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

No fim da década de 1980, após o governo militar, as ações políticas desenvolvimentistas foram abandonadas, deixando os estados mais autônomos. Entretanto, as economias menos desenvolvidas, como as da região Nordeste, necessitadas da presença expressiva da União, por meio de políticas públicas, tornaram-se passivas do processo de involução industrial, dada menor capacidade de atrair capitais comparada ao eixo dinâmico da economia brasileira. Assim, restou à Bahia a opção de utilizar estratégias como a guerra fiscal para atrair investimentos e promover a industrialização do estado, as quais envolviam isenções fiscais para atração de agentes econômicos e dinamização da economia; subsídios, redução ou isenção de tributos (diferimento de ICMS, por exemplo); e oferecimento de infraestrutura, sobretudo durante a década de 1990. Para o governo, essas medidas utilizadas correspondiam a formas de compensar o atraso econômico e social, a distância dos mercados consumidores e a deficiência na infraestrutura de transportes (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

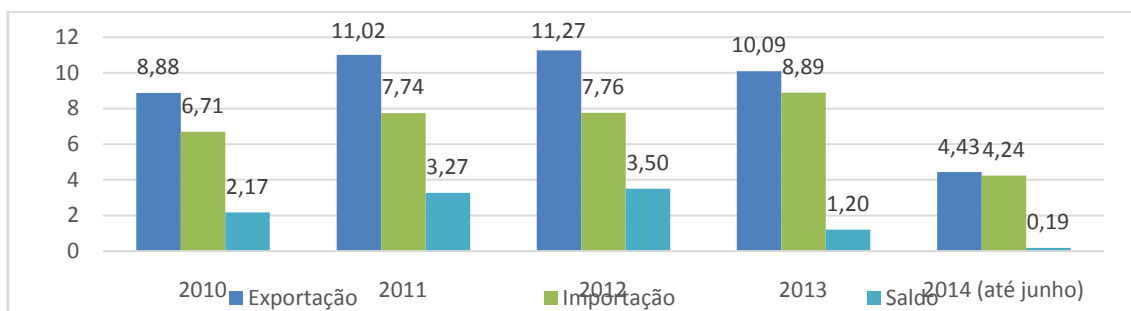
O boletim regional do Banco Central de 2012 descreve a estrutura econômica baiana com relativa concentração espacial e setorial, sendo a primeira identificada na atividade industrial aglomerada na região metropolitana de Salvador, na produção de grãos no Oeste, na fruticultura irrigada no Sertão do São Francisco e na produção de celulose no extremo sul do estado. Quanto à distribuição setorial, a Bahia se caracteriza pela intensa produção de bens intermediários e matérias-primas destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões (BACEN, 2012). A evolução econômica da Bahia demonstra um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de poucas mercadorias no cenário internacional (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

v

O comércio exterior baiano registrou saldo de US\$ 2,17 bilhões FOB na balança comercial baiana em 2010, com um crescimento de 26,65% na exportação e de 43,52% na importação. No ano seguinte, com um saldo de US\$ 3,27 bilhões FOB, observou-se crescimento desacelerado de 24,04% na exportação e de 15,48% na importação. Ainda no mesmo ritmo, em 2012, o MDIC (2014) divulgou o total de US\$ 3,5 bilhões FOB correspondente ao saldo comercial estadual, cuja variação positiva na exportação foi de 2,28% e na importação de 0,27%. Em 2013, foi

verificado alteração no cenário cujo saldo superavitário foi muito inferior, alcançando US\$ 1,3 bilhão FOB. No ano foi registrada variação negativa para exportação, com redução de 10,44% e aumento na exportação de 14,52%. Até junho de 2014, o MDIC havia registrado o acumulado de US\$ 0,18 bilhão FOB na balança, com compressão de 5,6% na exportação e elevação de 4,94% na importação. Apesar de positivo, o desempenho das exportações foi afetado pela valorização cambial, cujo efeito foi um incremento de 16,7% nos preços relativos, prejudicando as exportações. Destaca-se, entretanto, a ampliação das vendas para os países emergentes e a retomada das compras dos EUA.

Gráfico 4 Saldo Comercial em US\$ bilhões FOB - Bahia



Fonte: MDIC (elaboração autora)

Segundo os dados do relatório do SEI (2014), em 2011, o saldo comercial baiano resultou dos preços favoráveis das matérias primas que ajudaram a impulsionar as vendas externas enquanto que o aquecimento da economia baiana e o dólar barato contribuíram para compras também elevadas no exterior. Ainda, afirma que o que sustentou a demanda externa por produtos baianos foi o crescimento das economias dos países emergentes, principalmente da América Latina e Ásia. Argentina e China foram os dois maiores destinos para os produtos baianos no ano. Devido aos preços altos e à forte demanda, sobretudo chinesa, a participação das *commodities* nas exportações baianas aumentou de 63%, em 2010, para 69% em 2011. Quanto ao setor automotivo, o que foi destacado no relatório é que o câmbio valorizado comprometeu o desempenho do setor industrial, que fortaleceu a entrada de importados, além de juros altos e pressão de custos. Com efeito, o aumento das importações de automóveis foi também determinado pela mudança no regime automotivo com o estabelecimento de cotas para compras

originárias do México e as novas regras de transição para a indústria automotiva. Isso causou especulações e receios de restrições maiores à importação na internacionalização de veículos até para recompor estoques reduzidos. Outro produto destaque nas importações foi o nafta, insumo básico na matriz industrial, influenciado pelo apagão de energia elétrica no Nordeste.

Além disso, verifica-se tendência descendente nas exportações de 2012 até o primeiro semestre deste ano. Em 2013, a redução das exportações de petróleo e derivados foi uma das responsáveis pelo decréscimo do saldo comercial do estado, sobretudo devido à alta demanda no mercado interno e à queda nos preços médios do segmento das *commodities* agrícolas e minerais, afetadas pela redução da demanda internacional e pela fragilidade nas economias dos países desenvolvidos, como também pela seca que vem afetando a produção e a oferta agrícola do estado. O cenário negativo foi ainda agravado pela queda das vendas à Argentina, principalmente de produtos manufaturados, devido ao aumento do protecionismo no país e ao desaquecimento de sua economia. Também houve influência da debilidade dos mercados desenvolvidos, principalmente União Europeia, maior mercado como bloco econômico para as exportações do estado.

As importações em 2013 concentraram-se em bens de capital (veículos de carga e equipamentos para o parque eólico) e bens intermediários, como minério de cobre, trigo e borracha, o que configura um bom indicativo, pois sinaliza que a retomada das importações está diretamente relacionada ao crescimento dos investimentos e da produção industrial. A manutenção artificial de preços de combustíveis abaixo do custo de importação, somada ao estímulo à produção e venda de veículos, provocou forte redução nas exportações de óleo combustível, principal produto da pauta baiana. O aumento da produção mundial, que diminuiu a demanda pelo óleo brasileiro também causou redução de 8,3% nos preços médios do produto (SEI, 2014).

Os números, cujos refletem a crescente importância de *commodities* como o petróleo no comércio exterior baiano, mostram que os equívocos de política para os produtores dessas mercadorias e desvalorizações aguçadas pela crise internacional têm o potencial de provocar impacto sensível e rápido sobre as contas externas. A longo prazo, entretanto, os preços nominais das *commodities* agrícolas têm tendência de alta e deverão ficar entre 10% e 30%, em média, acima das cotações da década anterior, segundo a Organização Mundial de Comércio (OMC).

Ainda que as cotações dos produtos agrícolas tenham, em geral, recuado recentemente no mercado internacional, em relação aos patamares históricos, elas continuam elevadas, estimuladas por três fatores: a crescente demanda, que resulta, entre outros fatores, da transição nutricional que vem junto com a redução da pobreza; o aumento dos custos dos insumos; e a reação mais lenta do lado da oferta. Com relação aos blocos econômicos, os embarques de bens baianos para o Mercosul tiveram queda de 8,7% por conta das dificuldades econômicas da Argentina e do desaquecimento de sua economia. Há um protecionismo crescente no país vizinho, que impõe dificuldades alfandegárias para a entrada de manufaturados brasileiros, em desrespeito às normas do Mercosul. O relatório da SEI (2014) diz que as estimativas indicam que, considerando efeitos diretos e indiretos, o fator Argentina tirou 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento do PIB do Brasil em 2012.

A Bahia se apresenta como o estado nordestino de maior diversidade de produtos em sua economia e, também, com a menor concentração no que concerne à exportação de seus principais produtos, sobretudo quando se observa os cinco principais produtos (CARVALHO e ALVES, 2006).

O estado, anteriormente conhecido pela exportação de produtos agrícolas, mostra-se aquecido com o desenvolvimento de outros setores. A mudança da matriz industrial do estado atraiu a atenção do governo federal, permitiu o desenvolvimento do setor petroquímico e atualmente garante posição de destaque quanto à economia na região Nordeste (MOURA e BARBOSA, 2014).

Tabela 3 Principais produtos exportados pela Bahia

ANO	Produtos mais Exportados pela Bahia	Produtos com maior expansão na produção
2010	Fueloil, químicos, soja, automóveis e cátodo de cobre refinado.	Produtos químicos, lagostas e combustíveis e lubrificantes.
2011	Fueloil, químicos, soja, algodão e cátodo de cobre refinado.	Químicos, óleo de rícino e ferromanganês.
2012	Fueloil, produtos químicos, soja, algodão e bagaços da extração do óleo da soja.	Ácidos graxos industriais, lubrificantes e produtos químicos.
2013	Fueloil, químicos, soja, automóveis e cátodo de cobre refinado.	Ferrocromo, chapas metálicas e carnes desossadas bovinas.
Até junho de	Fueloil, produtos químicos, soja,	Sucos de fruta, produtos

2014

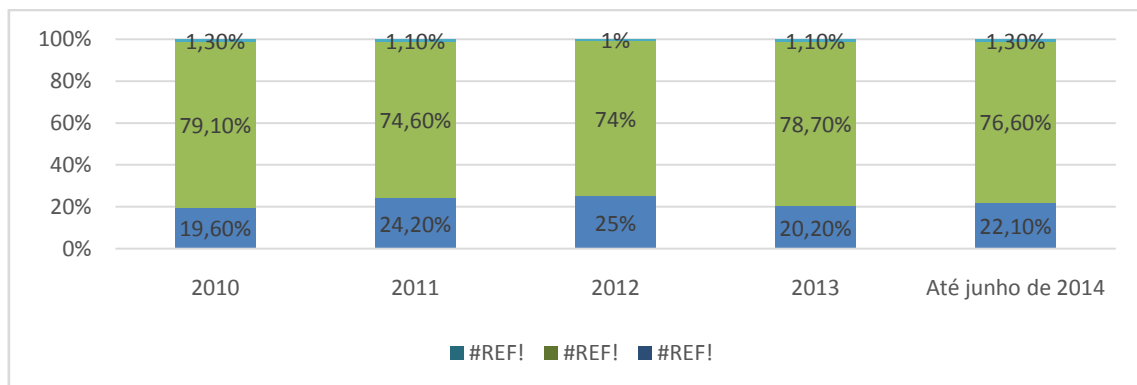
automóveis e bagaços da extração de químicos e cravos da Índia. óleo de soja.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (2012), 60% das exportações baianas no ano de 2010 foram representadas por cinco tipos de produto (petróleo e derivados, químicos, celulose e papel, automóveis e soja). E 55,4% do total exportado pelo estado foram representados por apenas seis empresas. O MDIC (2014) mostra que, em 2011, 48,5% das exportações baianas corresponderam a apenas cinco produtos (óleo combustível, químicos, outros grãos de soja mesmo triturados, algodão simplesmente debulhado e cátodo de cobre refinado). Da mesma forma, apenas cinco empresas foram responsáveis por 48,87% do total de exportações.

Em 2012, 48,2% das exportações corresponderam a óleo combustível, químicos, outros grãos de soja mesmo triturados, algodão simplesmente debulhado e bagaços e outros resíduos sólidos, e 50,51% das exportações foram realizadas por seis empresas.

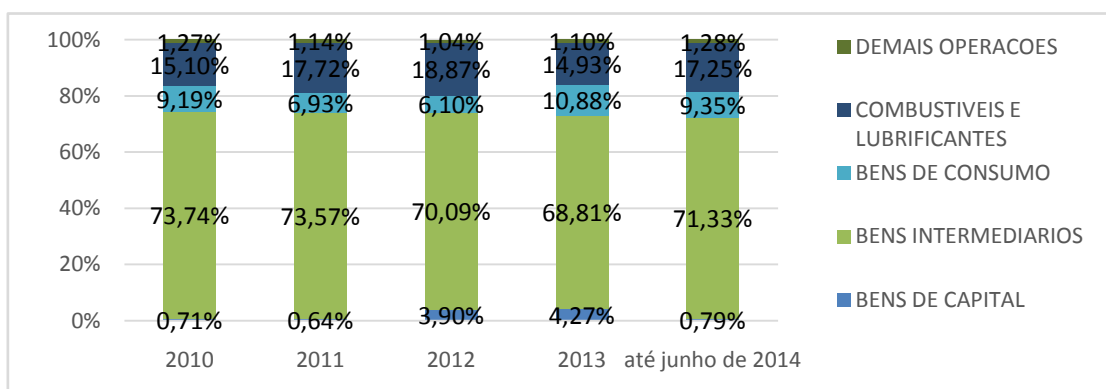
No ano seguinte, seis produtos corresponderam a 51,32% do total de dólares FOB exportados, sendo eles: óleo combustível, químicos, soja mesmo triturada, exceto para semeadura, automóveis com motor a explosão, cátodos de cobre refinado e plataformas de perfuração e exploração. Novamente, apenas cinco empresas totalizaram 50,87% de toda a exportação. Até junho do ano corrente, os mesmos cinco produtos somaram 49,66% da exportação baiana e, conforme a tendência, cinco empresas concentram 51,11% dos dólares FOB exportados.

Gráfico 5 Distribuição das Exportações da Bahia por fator agregado



Quanto aos setores de contas nacionais como desdobramento da pauta regional, constata-se uma forte concentração nas exportações de bens intermediários, seguido dos bens de consumo, sendo nestes os bens de consumo não duráveis os mais representativos. Esta configuração já estava evidenciada ao longo da década anterior.

Gráfico 6 Distribuição das Exportações por Setor de Contas Nacionais



Em 2010, bens de capital, incluindo equipamentos de transporte de uso industrial, representaram 0,71%. Os bens intermediários, divididos em alimentos e bebidas destinados à indústria, insumos industriais, peças e acessórios de equipamento de transporte e bens diversos, alcançaram 73,74% do total das exportações, enquanto que bens de consumo, entre duráveis e não duráveis, 9,19%, combustíveis e lubrificantes, 15,10% e demais operações 1,27%. Em 2011, bens de capital foi ainda menor, com apenas 0,69% do total exportado, bens intermediários, 73,57%, bens de consumo, 6,93%, combustíveis e lubrificantes 17,72% e demais operações, 1,14%. Em 2012, houve aumento significativo do total de exportações de bens de capital, 3,9%, seis vezes maior do que no ano anterior. Os bens intermediários corresponderam a 70,09%, os bens de consumo, 6,10%, os combustíveis e lubrificantes, 18,87%, e as demais operações, 1,04%. Em 2013, a exportação ascendente de bens de capital continua, atingindo 4,27%, bens intermediários, 68,81%, bens de consumo, 10,88%, combustíveis e lubrificantes, 14,93%, e demais operações, 1,10%.

Com relação ao total das exportações baianas relacionado a cada país, observamos a concentração em 2010, no qual cinco países correspondem ao destino de 49,15% desse total (Estados Unidos, China, Argentina, Países Baixos e

Antilhas Holandesas). Quanto aos blocos econômicos, a União Europeia correspondeu no ano a 26,69% e a Ásia, 22,66%.

Em 2011, as exportações para Argentina foram superiores as realizadas para os Estados Unidos e para a China, enquanto que os Países Baixos e Antilhas Holandesas permaneceram no quarto e quinto destinos das mesmas, respectivamente. Esses países concentraram 54,65% do total realizado no ano de 2011. A União Europeia, principal bloco econômico de destino, concentrou 28,66% das exportações, seguido da Ásia, com 24,25%.

Em 2012, os mesmos cinco países foram responsáveis por 56,9% do total das exportações da Bahia, na seguinte ordem de importância em volume de exportação: China, Estados Unidos, Países Baixos, Antilhas Holandesas e Argentina. A União Europeia alcançou 28,5% e a Ásia 24,75% do total exportado.

No ano seguinte, os países em destaque aumentaram ainda mais a concentração, respondendo por 64,35% do total em exportação, sendo a China responsável por 18,34%, seguida pelos Países Baixos, Argentina, Estados Unidos e Antilhas Holandesas. A União Europeia importou 27,61% das exportações baianas, enquanto que a Ásia, 25,75%.

Até junho deste ano, os dados do MDIC apontaram que 60,05% do total exportado pela Bahia foram destinados aos mesmos cinco países dos anos citados. No entanto, quanto aos blocos econômicos, a Ásia superou a União Europeia, importando 26,28% do total das exportações da Bahia, contra 24,35% da UE.

Ano	Participação da exportação por país de destino			
	1	2	3	Demais países
2010	EUA 15,86%	China 13,11%	Argentina 12,84%	58,19%
2011	Argentina 13,25%	EUA 13,21%	China 13,20%	60,34%
2012	China 13,56%	EUA 12,26%	Países Baixos 11,05%	63,13%
2013	China 18,34%	Países Baixos 14,19%	Argentina 13,46%	54,01%
Até junho de 2014	China 17,79%	EUA 13,14%	Antilhas Holandesas 10,76%	58,31%

O Governo da Bahia (2008) previu ações do governo até 2011, apontando para a necessidade de centralizar seus esforços na construção de uma rede de comunicações, logística, educação e treinamento da sua população; priorizar os investimentos na rede de logística e transporte; buscar articulação dos investimentos privados em vários modelos institucionais de cooperação entre empresas e atrair os segmentos externalizados das redes internacionais de produção; articular os arranjos produtivos locais com a formalização das atividades empresariais; executar uma política de educação e treinamento; e focar o apoio do governo estadual na difusão de tecnologia para as indústrias intensivas em recursos.

Determinava ainda que o estado deveria priorizar a internalização no país de atividades econômicas dotadas de crescente sofisticação tecnológica e de substituições competitivas de importações. Na condução desta política, o estado deveria manter forte apoio aos setores internacionalizados presentes na economia baiana, como o agronegócio (soja, frutas, algodão, cacau, café, etanol, alimentos e bebidas, carne e laticínios), o setor automotivo (veículos e peças, pneus), o segmento petroquímico (Petrobras, Braskem, Dow Química), o de papel e celulose, o de informática e o de turismo e hotelaria. Para tanto, foi necessário estabelecer política de atração de setores com oportunidades de internacionalização, como indústria naval, logística (para colocar a Bahia como centro de importação para redistribuição no Nordeste e no Brasil), indústria do álcool e do biodiesel, atração de empresas de logística e transporte, serviços financeiros e de comunicação de dados (PPA BAHIA, 2008).

Para avaliar o potencial de comércio internacional baiano, segundo o critério de GUTMAN e MIOTTI (1996), que usa o índice de Vantagens Comparativas Reveladas* e a Taxa de Cobertura das Importações*, as exportações estaduais baianas para a União Europeia são coincidentes com as vantagens comparativas, o que sugere que o comércio da Bahia com o destino Europa seria fortemente baseado nas vantagens comparativas do estado. Ele compara a participação de um determinado setor no portfólio total de exportações de dada região, frente à

* Demonstra que o comércio internacional é vantajoso quando os países se dedicam a produzir apenas aqueles bens em que são comparativamente mais eficientes do que os outros, buscando mensurar os produtos em que o país apresenta vantagem comparativa com base nos fluxos de comércio passado, pressupondo que a eficiência produtiva relativa de um país pode ser identificada por meio de seu desempenho no comércio internacional (BOULHOUSA *et al*, 2004).

* Proporciona a noção exata do grau de (in)dependência comercial de um país em relação ao mercado externo, a um grupo de países ou a um único país (ADVFN, 2014).

participação, no contexto global, do mesmo setor no total de exportações de todos os setores (XAVIER *et al*, 2009).

Diante das previsões e das demandas, o governo baiano (BAHIA, 2013) apresentou as ações voltadas ao desenvolvimento econômico de 2007 até 2012, resultantes de uma política direcionada à infraestrutura, à inclusão social e produtiva e ao desenvolvimento dos territórios. Para alcançar o objetivo, o governo empreendeu diversos investimentos em melhoria nas estradas e no abastecimento de água, mas principalmente, tem agido em parceria com o governo federal com o intuito de reduzir o déficit de qualificação profissional, além de investir numa nova matriz econômica, estimulando empreendimentos criativos e a produção agrícola proveniente da agricultura familiar. O alto investimento na oferta de água minimizou o efeito da maior seca dos últimos cinquenta anos no estado. Foram realizados também grandes investimentos em energia eólica, alimentos e bebidas, química, mineração, energia e petróleo e biocombustível (BAHIA, 2013).

Por meio do programa de inclusão socioprodutiva Vida Melhor, que, para o eixo rural, tem como objetivo incrementar a agregação de valor, foram contratados e qualificados consultores do SEBRAE para atuar na qualificação e acompanhamento da gestão de cerca de trezentas agroindústrias. Foram realizadas feiras de agricultura familiar para apoio à Rede Baiana de Assistência Técnica. Foi promovida assistência técnica aos agricultores familiares, inseridos na cadeia produtiva do leite e no programa de melhoramento genético de bovinos leiteiros, construção de centros de comercialização de animais de entrepostos para armazenamento de carcaças de bovinos. Foi realizada inversão nos distritos de irrigação de Porto Novo, Paulo Afonso, Jacuípe, Tucano e Curral Novo/Fazenda Velha, na implantação de sistemas de irrigação parcelares, e na operação e manutenção de obras de infraestrutura de uso comum dos Projetos Públicos Estaduais de Irrigação (BAHIA, 2013). Também foram construídos terminais pesqueiros em Salvador e Ilhéus e realizada capacitação das famílias ribeirinhas no cultivo de peixes, com a instalação de módulos de cultivo e tanques-rede (BAHIA, 2013).

Nele consta a redução das desigualdades por meio da ampliação de programas sociais de transferência de renda e da formalização do mercado de trabalho; o investimento em reformas, construções e manutenção de escolas, aumento do orçamento das instituições estaduais; os projetos de infraestrutura para

o desenvolvimento e abastecimento de água; o Porto Sul e a sua integração à Ferrovia da Integração Oeste/Leste (projeto incluído no Plano Nacional de Viação do governo federal – PAC) para escoar a produção de grãos e de minérios; Porto de Ilhéus e de Salvador; Sistema Viário Oeste (construção da Ponte Salvador-Itaparica); ea recuperação de estradas e aeroportos baianos (BAHIA, 2013).

No eixo urbano, as ações envolvem o fomento à economia solidária e à expansão do microcrédito. Foram realizadas inversões na infraestrutura logística aérea (construção e reformas de aeroportos), hidrovial, energética (ampliação da malha de gasoduto, inauguração de parques eólicos da Bahia e de Alto Sertão I e instalação usina de geração de energia elétrica), expansão de infraestrutura de energia elétrica no Oeste Baiano e do Parque Tecnológico de Salvador.

Para a inserção competitiva dos produtos agropecuários nos mercados nacional e internacional, é preciso assegurar sua qualidade fitossanitária. Isto se dá, notadamente, com a prevenção, controle e erradicação de pragas e enfermidades e com o controle rígido sobre o trânsito de produtos. Nessa perspectiva, para garantir a competitividade do segmento, é estratégica a consolidação do Sistema Estadual de Defesa Agropecuária e do Sistema de Vigilância Sanitária. Para a pecuária, foi realizada a manutenção da área livre de febre aftosa e de outras doenças, e implantação da Zona de Proteção, com o objetivo de garantir a segurança dessa área, por meio de ações diferenciadas de vigilância epidemiológicas, fiscalização do trânsito de animais e educação sanitária, proporcionando ampliação na produção e abate, e consolidação desse parque industrial (BAHIA, 2013). Além disso, o governo idealizou o plano de desenvolvimento e diversificação agrícola na região cacauieira, com a aprovação da Lei 12.149/10, que remeteu e concedeu descontos nas dívidas dos pequenos cacauicultores, e operações de renegociações das suas dívidas e novos prazos para o pagamento de dívidas (resolução nº 3.919/10 do Banco Central) (BAHIA, 2013).

Para o incentivo e dinamização, o governo contabilizou a recuperação e manutenção de distritos industriais do interior, reativação do Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDIC), com finalidade de promover o desenvolvimento da indústria, comércio e mineração da Bahia; e o estímulo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com incentivo à demanda por seus produtos, por meio de concessão de crédito presumido para mercadorias adquiridas. A DesenBahia aprovou operações de crédito destinados às micro,

pequenas e médias empresas e aos microempreendedores informais e individuais (BAHIA, 2013).

As ações internacionais destacadas no período foram principalmente as captações de investimento, como R\$ 2,5 bilhões da Suécia no setor de celulose; R\$ 1,6 bilhão da alemã BASF para implantar o primeiro Complexo Produtivo de Ácido Acrílico no Polo de Camaçari; R\$ 1,3 bilhão da chinesa JAC Motors para instalar a fábrica de automóveis em Camaçari; e R\$ 600 milhões da Foton Motors em Camaçari. Das missões internacionais do governo baiano resultaram a instalação de um escritório de representação da Bahia em Pequim, em cooperação com a APEX-Brasil; na implantação do polo de esmagamento de soja e refinamento do óleo, estrutura portuária e têxtil com capital chinês; instalação da segunda maior usina de beneficiamento de algodão da América Latina e investimento de R\$ 10 milhões na região de vinhedos em Juazeiro; convênio com o governo da Galícia na Espanha para a capacitação de profissionais na área da saúde, por meio de intercâmbio científico e tecnológico; apresentadas as oportunidades de investimentos em agronegócios, biodiesel, imobiliário, portos, fundos de investimentos à Arábia Saudita; e captação de investimentos para o projeto Nova Arena para a Copa do Mundo de 2014 (BAHIA, 2013).

A busca pela descentralização espacial de sua economia, passando por um projeto de interiorização do parque produtivo estadual, associada a investimentos na melhoria de sua infraestrutura e adoção de políticas de incentivos ao desenvolvimento e fortalecimento de outros setores econômicos, poderia gerar incremento no painel econômico baiano. Esse processo de natureza exógena, possibilitaria expandir as relações mercantis internacionais, melhorando a participação do estado no total das exportações brasileiras e proporcionando um recrudescimento da economia regional. Os baixos volumes de investimento, o reduzido estoque interno de capitais privados, a guerra fiscal entre os estados e as pressões políticas regionais são apontados como as principais dificuldades em implementar os projetos estruturantes necessários para viabilizar essas mudanças, bem como para atrair empreendimentos importantes para dinamizar a economia baiana (PESSOTI e SAMPAIO, 2009).

Para promover a desconcentração industrial, o governo estimulou a indústria naval, com a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu em Maragogipe, com o objetivo de produzir navios-sonda para a indústria do petróleo.

Promoveu incentivos a exploração mineral e concluiu o Tecnocentro (Parque Tecnológico da Bahia), que abrigará empresas de base tecnológica e instituições de pesquisa e desenvolvimento. Ele também concedeu isenção fiscal para viabilizar o Inovatec, programa de promoção da inovação das universidades (BAHIA, 2013).

Deve ser expandido, portanto, o crédito subsidiado para investimentos em implantação, ampliação e modernização das empresas, melhoria das infraestruturas de transporte, comunicação, energia, água e outras áreas pertinentes ao desenvolvimento de negócios, capacitação do capital humano, não apenas de mão de obra, mas também de gestores, e apoio à formação de polos produtivos, bem como à reestruturação dos já existentes, inclusive com a promoção do associativismo. Para a obtenção de melhor desempenho das políticas, estas devem ser articuladas entre o estado e o governo federal, que também deve se preocupar em desenvolver acordos comerciais e subsidiar os setores de exportação, desde que respeitando os entendimentos na OMC (XAVIER *et al*, 2009).

Tabela de acordos de cooperação da Bahia com países, no período, que impactam no crescimento econômico:

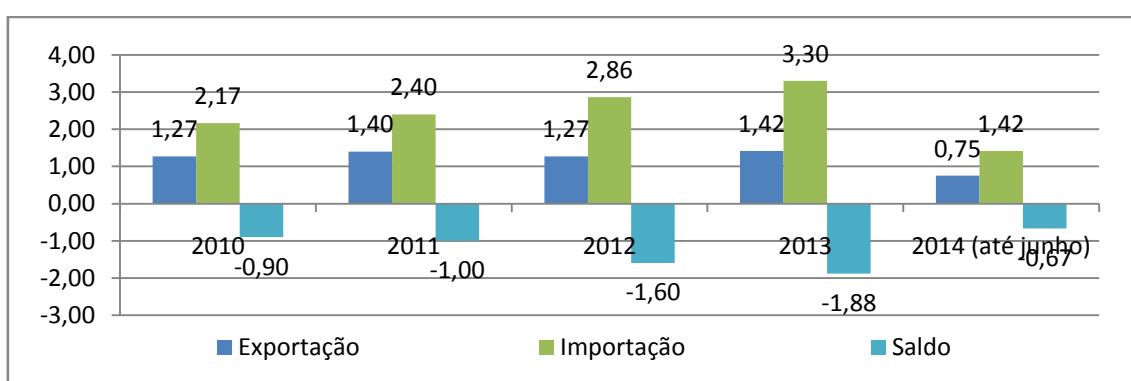
EUA	Memorando de Cooperação Técnica com o Condado de Fulton (Atlanta) para a cultura, saúde pública, educação, políticas para a juventude, desenvolvimento econômico, turístico e promoção da igualdade racial.
Nova Zelândia	Cooperação econômica, comercial e técnica para melhorar a agricultura baiana e ampliar os investimentos em laticínios na região de Jaborandi.
Suíça	Assinado acordo de cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a Agenda do Trabalho Decente para o desenvolvimento da ABTD.
São Tomé e Príncipe	Realização de cooperação técnica em Gestão de Águas e para a Lei Nacional das Águas, projeto elaborado pelo Governo da Bahia.
Cuba e Haiti	Assinado acordo de transferência de tecnologia e desenvolvimento de pesquisa de vinte produtos de ponta em biotecnologia. Contatos para cooperação técnica entre Cuba e Bahia, em especial entre a Bahiafarma, laboratório do governo da Bahia, e a Biocen, empresa estatal de Cuba, com o intuito de produzir medicamentos imunológicos e outros insumos.

4.2 CEARÁ

O comércio exterior cearense, para o período analisado, registrou saldo deficitário de US\$ 0,89 bilhão FOB, em 2010, com crescimento na exportação de 17,53% e na importação de 76,29%; apresentou saldo de US\$ 0,99 bilhão FOB em 2011, com variação positiva equilibrada de aproximadamente 10,5% tanto para

exportação quanto para importação; de US\$ 1,6 bilhão FOB em 2012, cujo período registra decréscimo de 9,72% na exportação e incremento de 19,31% na importação; de US\$ 1,89 bilhão FOB em 2013, cujo crescimento foi de 12,12% na exportação e de 15,27% na importação; e, até junho do ano corrente, já havia alcançado US\$ 0,67 bilhão FOB, com significativa elevação do volume exportado, sendo 38,62% maior que o registrado no ano imediatamente anterior, e decréscimo de 18,49% relativo à variação na importação referente a igual período de 2013.

Gráfico 7 Saldo Comercial US\$ bilhões FOB - Ceará



Quanto às importações, observou-se um crescimento acima do desempenho das exportações em razão principalmente, do momento conjuntural que Estado está passando, podendo-se citar os investimentos em energia, bem como os investimentos em infraestrutura demandados pela Copa das Confederações e da Copa do Mundo, havendo a necessidade de importar em grande parte, diversas máquinas e equipamentos, e também cimentos para serem utilizados na construção civil, dentre outros produtos específicos. Os estudos da FIEC (2014) apontam que o saldo negativo dos últimos anos é reflexo das compras do exterior basicamente relacionadas com os projetos estruturantes (Companhia Industrial e Portuária do Pecém e parques eólicos), como Metrô, Usina de energia, ampliação do parque industrial, bem como pela compra de insumos para a indústria, exigindo maior demanda na importação de bens de capital, além do aumento das compras externas de insumos industriais (IPECE,2014).

Em 2013, o relatório da FIEC apontou que o saldo negativo na balança comercial do Ceará foi motivado, principalmente, pelo somatório da redução das vendas de importantes setores exportadores, como é o caso de castanha de caju, têxtil, ceras vegetais, couros e peles e calçados, com o forte incremento nas

importações de combustíveis e óleos minerais, cereais, ferro e aço, além de insumos para os moinhos e para a indústria, configurando-se, assim, como investimentos, com efeitos positivos futuros na balança comercial cearense. A curva ascendente do saldo comercial deveu-se à valorização do dólar frente ao real pelas exportações de minérios e combustíveis, alavancando principalmente pelo óleo destilado vendido à Holanda.

Entre as importações, o grupo de maior destaque foi o de itens metalúrgicos, o qual inclui materiais como lâminas e barras de ferro e trilhos de aço. Produtos desse tipo têm sido demandados com maior frequência por conta da execução de obras de infraestrutura e da instalação de empreendimentos como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Também estão entre os produtos mais importados aeronaves, trigo e produtos químicos (IPECE, 2014).

O estado do Ceará, de 2010 a 2013, exibiu baixo crescimento na exportação, porém quando se observa o desempenho das exportações do estado para o período de janeiro a junho de 2014, referente ao mesmo período do ano anterior, verifica-se um aumento de 38,6%. Quanto às importações, o crescimento é notório, de 2010 a 2013, mas quando se analisa de janeiro a junho de 2014, relativamente ao mesmo período do ano anterior, observa-se queda de 18,49% nas taxas de compras do estado.

Observa-se que as exportações cearenses, juntamente com as exportações brasileiras, estiveram no ano de 2012 inseridas dentro de um quadro de incertezas causadas, principalmente, pelos reflexos da crise internacional, cujo quadro foi marcado pela demanda reprimida em vários países da Europa e nos Estados Unidos, causando assim, um recuo nas vendas externas tanto do Brasil como do estado do Ceará (IPECE, 2014).

O estado, durante o período destacado, dedicou-se prioritariamente aos produtos de baixo valor agregado. Segundo o IPECE (2014), a pauta de exportação cearense não exibiu alterações relevantes no ano de 2012, com calçados e partes mantendo-se na liderança de produtos exportados pelo estado, cuja participação foi de 26,08%, apesar da redução nas vendas desses produtos (-7,46%), comparativamente ao ano anterior. Logo em seguida vêm os produtos dos setores de couros e peles com participação de 13,24%, e castanha de caju com 12,55% de participação. Além da redução nas vendas externas de calçados e partes, vale ressaltar também a queda de produtos importantes da pauta cearenses em 2012,

com relação a 2011, como castanha de caju, com variação de -15,61%, produtos têxteis, com -16,2%, produtos metalúrgicos e lagosta com variações de -35,08% e -42,05%, respectivamente. Os dez principais produtos exportados em 2012 representaram 87,9% de toda a pauta exportada pelo Ceará.

Em 2013, o IPECE (2014) apontou que o Ceará ficou classificado como décimo quinto estado exportador do Brasil, participando com 0,59% do total nacional. A pauta de exportação cearense continua sendo liderada por calçados e partes, com o montante de US\$ 325,2 milhões. O grupo combustíveis e lubrificantes ficou em segundo na pauta de exportação de 2013, com valor de US\$ 247,7 milhões. Em geral, observou-se uma retração do valor das exportações cearenses dos principais produtos, como calçados (-3,98%), couros e peles (-5,8%), castanha de caju (-26,1%), preparação alimentícia (-0,54%), têxteis (-20,9%) e ceras vegetais (-20,7%).

Em contraponto, é destaque o crescimento das exportações de outros setores, como frutas, que cresceu 8,0% em 2013, comparativamente ao ano de 2012, máquinas e equipamentos (78,6%), lagosta (44,9%) e embarcações e estruturas flutuantes (135,1%) (IPECE,2014).

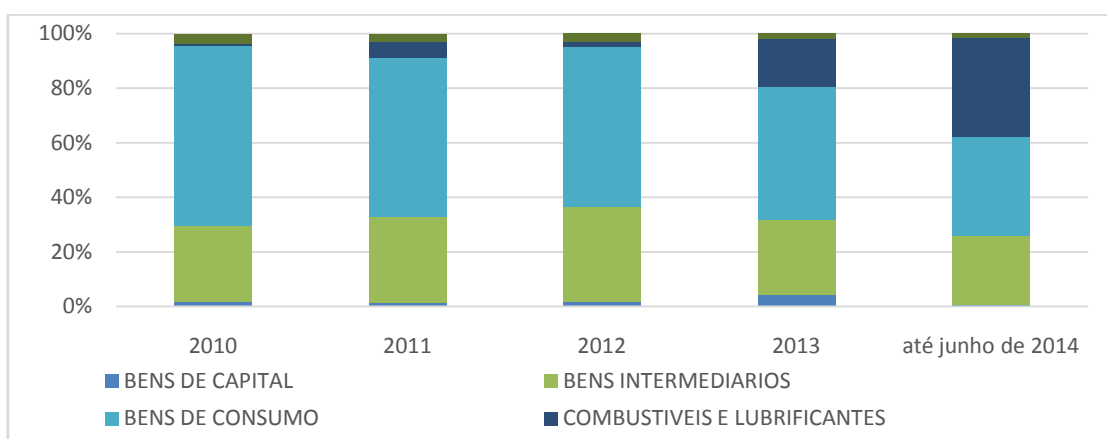
Tabela 3 Principais produtos exportados pelo Ceará

ANO	Produtos mais Exportados pelo Ceará	Produtos com maior expansão na produção
2010	Castanha de caju, calçados, couros e peles, melões frescos e lagosta.	Calçados, misturas de sucos não fermentados e tecidos de algodão.
2011	Castanha de caju, calçados, couros e peles, melões frescos e óleo bruto de petróleo.	Granito, lagosta e minério de ferro.
2012	Castanha de caju, calçados, couros e peles, melões frescos e ceras vegetais.	Assentos, quartzitos e couros bovinos.
2013	Fueloil, calçados, castanha de caju, couros e peles e melões frescos.	Máquinas e aparelhos para limpeza, glicerol e calçados.
Até junho de 2014	Fueloil, couros e peles, calçados, ceras vegetais e melões frescos.	Contadores de líquidos, ferrosilício e resíduos de alumínio.

Sobre a concentração por setor de contas nacionais, é possível extrair que o setor de bens de capital não possui expressividade na pauta de exportações

do estado, o qual tem como principal exportador o setor de bens de consumo. Em 2010, os bens de capital responderam por somente 1,5% do total das exportações, enquanto que os bens intermediários foram responsáveis por 27,83%, os bens de consumo, por 66,30%, os combustíveis e lubrificantes, 0,72% e demais operações, 3,65%. Em 2011, o desempenho dos bens de capital sofreu redução para 1,17%. Os bens intermediários responderam por 31,88%, os bens de consumo, por 58,22%, os combustíveis e lubrificantes tiveram elevação para 5,95%, e demais operações, 2,79%. Em 2012, foi observado desempenho de 1,67% do total de exportações pelos bens de capital, 34,90% pelos bens intermediários, 58,85% pelos bens de consumo, 1,48% por combustíveis e lubrificantes e 3,10% correspondentes a demais operações. No ano seguinte, houve significativo aumento na exportação de bens de capital, atingindo 4,51% do total cearense. Os bens intermediários e de consumo sofreram redução para 27,22% e 48,97%, respectivamente. Destaca-se aqui o forte incremento no desempenho de combustíveis e lubrificantes, que responderam por 17,44% do total, restando 1,86% das demais operações. Até junho do ano corrente, bens de capital foram responsáveis por ínfimos 0,71% do total das exportações do Ceará, enquanto que bens intermediários responderam por 25,12% e bens de consumo 36,25%. Combustíveis e lubrificantes, até o período analisado, atingiram surpreendentes 36,34% e 1,59% de demais operações.

Gráfico 8 Participação das exportações por setor de contas nacionais



A partir dos dados apresentados pelo MDIC (2014), em 2010 o estado teve 59,45% do total das suas exportações realizadas por cinco países, sendo os Estados Unidos responsáveis por aproximadamente 30%, seguido por Argentina,

Reino Unido, Itália e Países Baixos. Interpretando os dados relativamente para os principais blocos econômicos, a União Europeia e os Estados Unidos (incluindo Porto Rico) foram os destinos de maior fluxo, atraindo cerca de 60% das exportações cearenses. Nesse ano, apenas cinco empresas responderam por 43,75% do total exportado. No ano seguinte, cerca de 56% das exportações do Ceará foram destinadas aos Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Reino Unido e China. As cinco companhias mais exportadoras venderam 42,75% do total destinado ao exterior em 2011.

O Ceará destinou 23,61% das exportações para os Estados Unidos em 2012, sendo este o principal destino das vendas externas do Estado no ano. Para os Estados Unidos foram destinados, principalmente, castanha de caju, sucos de frutas, calçados e ceras vegetais. A Argentina foi o segundo maior comprador dos produtos cearenses em 2012, com participação de 9,19%, adquirindo, sobretudo calçados e partes e produtos têxteis. Os Países Baixos também foram um forte parceiro do Ceará comprando especialmente melões frescos e, castanha de caju. Ressalta-se a redução das exportações cearenses em 2012, decorrente, principalmente, da queda das vendas externas para os Estados Unidos (-24,0%), Argentina (-19,4%) e Reino Unido (-33,5%). Nesse mesmo ano, as vendas do Ceará para o mercado exterior foram realizadas principalmente por via marítima (89,61%), sendo o escoamento das mercadorias realizado, principalmente, pelo Porto do Pecém(42,91%) e pelo Porto de Fortaleza (33,47%). Por via aérea foram realizadas 5,72% das vendas internacionais cearenses, e por rodovias 3,64 %. Nesse ano, 46,04% do total destinado ao mercado externo foi efetuado por apenas cinco empresas.

O Ceará destinou 18,27% das exportações para os Estados Unidos em 2013, sendo este o principal destino das vendas externas do estado no ano. Para os EUA, foram destinados, principalmente, castanha de caju, sucos de frutas, lagostas e calçados e partes. Os Países Baixos foram o segundo maior comprador dos produtos cearenses em 2013, com participação de 9,39%, adquirindo, sobretudo *fueloil*, melões frescos, castanha de caju, mangas e melancias. As Antilhas Holandesas também foram uma parceira relevante do Ceará comprando, especialmente, *fueloil*, castanha de caju, e aparelhos para cozinhar/aquecer de ferro. Convém observar que o aumento das exportações cearenses em 2013 foi decorrente, sobretudo, da elevação das vendas externas para os Países Baixos (26,19%), Cingapura (3.001,46%), Alemanha (39,23%) e Itália (12,93%). Nesse ano,

50,01% vendido pelo estado para o exterior foi realizado por cinco empresas apenas.

Até junho de 2014, os dados do MDIC (2014) evidenciaram que 57,42% da exportação do Ceará foi destinada aos Países Baixos (21,88%), Estados Unidos (12,93%), Antilhas Holandesas (10,22%), Cingapura (8,47%) e Argentina (3,92%). Destaca-se o aumento de 415,42% das exportações para os Países Baixos e o decréscimo apresentado pelos Estados Unidos (-21,30%) e Argentina (-27,27%), referente ao primeiro semestre do ano anterior. Ainda nesse período, a participação das cinco maiores empresas exportadoras teve um forte aumento, passando a responder por 68,39% das vendas externas cearenses.

Ano	Participação da exportação por país de destino			
	1	2	3	Demais países
2010	EUA 29,61%	Argentina 9,76%	Reino Unido 9,5%	51,13%
2011	EUA 28,05%	Argentina 10,30%	Países Baixos 6,41%	55,24%
2012	EUA 23,61%	Argentina 9,19%	Países Baixos 8,34%	58,86%
2013	EUA 18,27%	Países Baixos 9,39%	Antilhas Holandesas 8,09%	64,25%
Até junho de 2014	Países Baixos 21,88%	EUA 12,93%	Antilhas Holandesas 10,22%	54,97%

Aos esforços deste governo visando à captação de créditos externos, via instrumentos legais previstos no arcabouço de medidas de responsabilidade fiscal junto a organizações internacionais disponibilizados pelos organismos multilaterais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros, além de considerar aportes recebidos de fontes bilaterais, as quais representam acesso a recursos expressivos e custos acessíveis para viabilizar seus esforços de modernização da infraestrutura física e social e depromoção do desenvolvimento local.

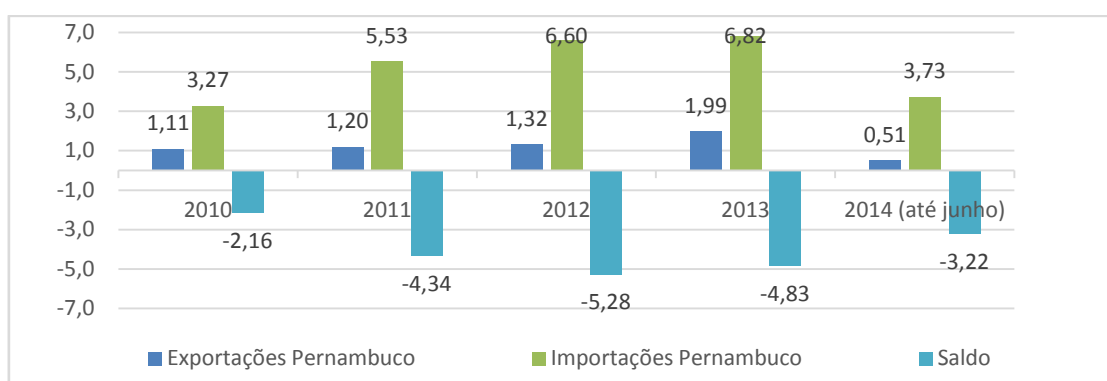
A Companhia Docas do Ceará (CDC), empresa responsável pelo porto de Fortaleza (Mucuripe), assinou protocolo de cooperação com a Enapor SA, que administra os portos da República de Cabo Verde. O acordo viabiliza a ligação

comercial marítima entre os dois terminais e atende à demanda de comércio bilateral entre Brasil e África. A ideia é estender as exportações brasileiras aos demais países africanos usando os Portos de Cabo Verde ao invés dos Portos das Ilhas Canárias. O convênio prevê, entre outras coisas, a transferência de tecnologia, de documentação e de estatísticas. A viabilização da nova rota deverá ser um marco nas relações comerciais e de cooperação do Brasil com a África, e posicionará o Ceará como porta de entrada para o continente, em especial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

4.3 PERNAMBUCO

No comércio exterior, de forma semelhante ao observado no tópico acima, o estado de Pernambuco registrou saldo deficitário para o período de janeiro de 2010 a junho de 2014. Os dados do MDIC (2014), para 2010, exibem balança de US\$ 2,16 bilhões FOB, com variação positiva de 35,02% na exportação e 65,17% na importação relativa a 2009. No ano seguinte, registrou-se a resultante do saldo no valor de US\$ 4,33 bilhões FOB, com crescimento decrescente de 7,77% para exportação e ascendente de 69,11% na importação. Em 2012, observou-se aumento no déficit comercial de US\$ 5,27 bilhões FOB, com variação positiva de 10,09% na exportação e 19,18% na importação. Em 2013, foi verificado incremento no saldo comercial com redução do déficit para US\$ 4,83 bilhões FOB, com acréscimo de 50,88% na exportação e de 3,47% na importação, relativo ao ano anterior. No registrado até junho de 2014, a resultante do saldo comercial apontou para um déficit reduzido de US\$ 3,22 bilhões FOB, com incremento na exportação de 38,09% e de 13,19% na importação, comparado ao mesmo período de 2013.

Gráfico 9 Saldo Comercial US\$ bilhões FOB - Pernambuco



O saldo negativo da balança comercial de Pernambuco se deve, de sobremaneira, às importações de combustíveis pela companhia petrolífera Petrobrás. A empresa precisa importar combustíveis para responder ao consumo elevado e capacidade de refino estagnado. A refinaria Abreu e Lima, em construção em Suape, deveria abastecer a região Nordeste com diesel, porém, enquanto não foi concluída, o consumo continuou crescente, exigindo alta na importação dos combustíveis e distorcendo a balança comercial pernambucana. Além disso, outras empresas com importações atípicas contribuíram para esse resultado negativo, como as automotivas e cervejarias, que foram instaladas no estado nos últimos anos (MDIC, 2014).

A ADDIPER (2014) divulgou que o estado de Pernambuco registrou um dos maiores crescimentos no valor das exportações (51%) em 2013, comparado ao ano de 2012. À exceção do Ceará e Pernambuco, que conseguiram elevar suas exportações em 2013, os demais estados da região Nordeste experimentaram reduções, relativamente ao valor de exportado em 2012.

Gráfico 10 Balança Comercial pernambucana em US\$ bilhões FOB

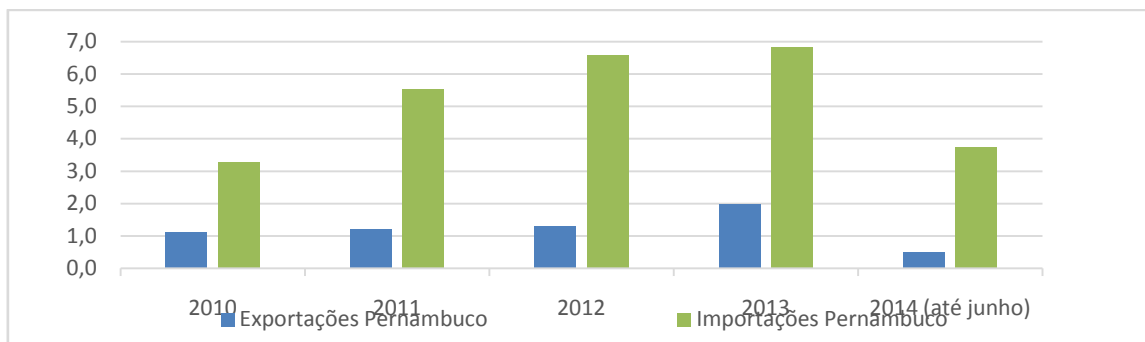


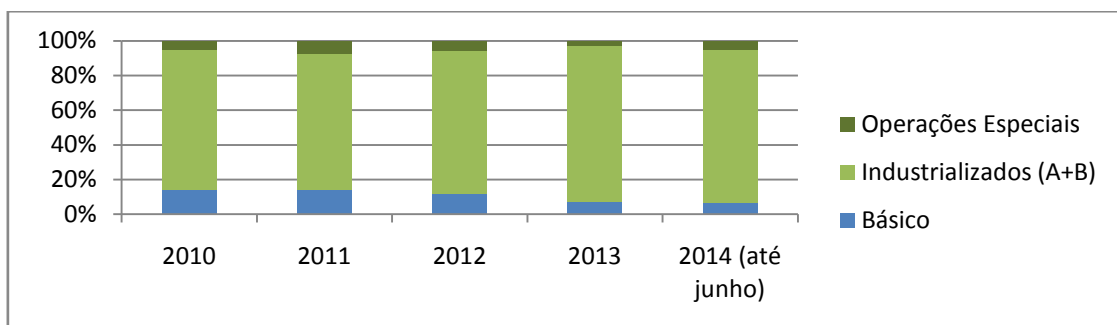
Tabela 3 Principais produtos exportados pelo Pernambuco

ANO	Produtos mais Exportados pelo Pernambuco	Produtos com maior expansão na produção
2010	Açúcar de cana e outros açúcares, produtos químicos, uvas frescas, mangas frescas e combustíveis e lubrificantes.	Couros e peles de bovino, partes de máquina e aparelhos e minérios de manganês.
2011	Açúcar de cana e outros açúcares, uvas frescas, produtos químicos,	Limões e lima, instrumentos e aparelhos de medida e controle e barras de ferro

	combustíveis e lubrificantes e aço e laminado. acumuladores de chumbo.	
2012	Plataformas de exploração e perfuração, açúcar de cana e outros açúcares, químicos, uvas frescas e combustíveis e lubrificantes.	Transformadores elétricos, albacoras-bandolim e calçados.
2013	Plataformas de exploração e perfuração, açúcar de cana e outros açúcares, químicos, uvas frescas e combustíveis e lubrificantes.	Acumuladores elétricos de plástico, tubo rígido de plástico e outros aparelhos irrigadores.
Até junho de 2014	Produtos químicos, compressores de gases, açúcares de cana e outros açúcares, grupos de eletrogeradores e acumuladores elétricos de chumbo.	Ligas de alumínio, desinfetantes em embalagem e gengibre.

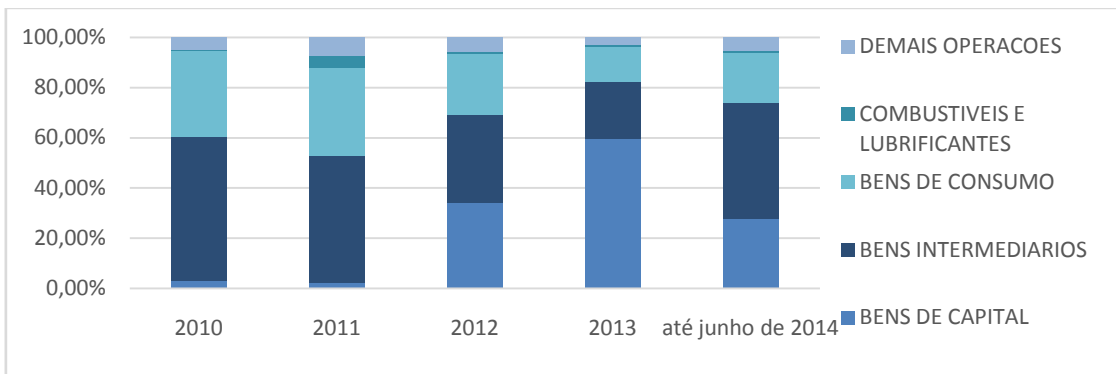
Em 2010, a participação por fator agregado correspondeu a 80,83% de bens industrializados, 14,21% de bens básicos e 4,96% em operações especiais. Em 2011, houve decréscimo dos dois setores principais para 13,84% e 78,78%, respectivamente, dado que as operações especiais tiveram elevação de 2,42%, correspondendo a 7,38%. No ano seguinte, a participação dos bens básicos sofreu redução para 11,71% e de operações especiais para 5,69%, enquanto que os bens industrializados responderam por 82,59% do total. Em 2013, os bens básicos exportados totalizaram 7,19% enquanto que os industrializados, 89,96%, restando 2,85% em operações especiais. Até junho do ano corrente, o MDIC havia divulgado dados da exportação pernambucana com 6,7% de participação de bens básicos, 88,12% de industrializados e 5,18% de operações especiais.

Gráfico 11 Participação das exportações por fator agregado



O setor de contas nacionais para o estado de Pernambuco registrou, em 2010, participação de 3,03% de bens de capital nas exportações, 57,37% de bens industrializados, 34,48% de bens de consumo, 0,15% em combustíveis e 4,96% nas demais operações. No ano de 2011, bens de capital responderam por apenas 2,39%, bens intermediários a 50,49%, bens de consumo a 35,04%, combustíveis a 4,70% e 7,38% de participação das demais operações. O ano de 2012 registrou mudança significativa relativa ao percentual do ano anterior. Os bens de capital corresponderam a 34,11% da participação total das exportações pernambucanas, enquanto que os bens intermediários representaram 35,33%, os bens de consumo, 24,03%, os combustíveis, 0,84% e demais operações 5,69%. O ano de 2013 seguiu a tendência de elevação apresentando 59,85% de exportação em bens de capital, 22,37% em bens intermediários, 14,18% em bens de consumo, 0,75% em combustíveis e 2,85% nas demais operações. O primeiro semestre de 2014, segundo o MDIC (2014), registrou 27,84% do total exportado por Pernambuco de bens de capital, 46,24% de bens intermediários, 19,87% de bens de consumo, 0,87% de combustíveis e 5,19% nas demais operações.

Gráfico 12 Participação das exportações por Setor de Contas Nacionais



Conforme registrado pelo MDIC (2014), em 2010, cinco países representaram 47,64% dos destinos dos produtos pernambucanos. São eles: Argentina, Estados Unidos, Venezuela, Rússia e Países Baixos. Quanto aos principais blocos econômicos de destino, a União Europeia e o Mercosul atraíram 21,39% e 14,24%, respectivamente, do volume exportado, sendo 28% de açúcar de cana em bruto. Sendo que as cinco empresas mais exportadoras do estado responderam por 32,1% do total exportado.

Em 2011, o estado registrou participação melhor distribuída, na qual os cinco principais destinos atraíram 40,29% do total exportado, sendo eles: Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Portugal e Iraque. Somente a União Europeia concentrou 26,35% das exportações pernambucanas, enquanto que a África atraiu 17,21%, sendo o açúcar de cana em bruto o principal produto comercializado, respondendo por 29,05% dos produtos exportados. Nesse ano, 33,9% das vendas externas pernambucanas foram realizadas por cinco empresas.

Em 2012, verificou-se elevação da concentração dos destinos das exportações estaduais, em que cinco países passaram a responder por 62,11% do total, sendo os Países Baixos responsável por 36,39%, seguido dos Estados Unidos, Argentina, Venezuela e Espanha. Os blocos econômicos da União Europeia e África foram destinos de, respectivamente, 48,16% e 10,28% do volume comercializado por Pernambuco, dado que somente plataformas de perfuração e exploração corresponderam a 30,67% do total de produtos oriundos do estado. Quanto as exportações por empresa, as cinco maiores companhias efetuaram 43,92% das vendas para o exterior.

Em 2013, a participação do Panamá com importação de 58,81% dos produtos comercializados pelo estado ao exterior, seguido da Argentina, Estados Unidos, Países Baixos e Venezuela, resultou na concentração de 76,26% do total de exportações pernambucanas. Desses, 59,89% foram destinados à ALADI e 12,44% à União Europeia, com destaque para o principal produto exportado, plataformas de perfuração e exploração, que respondeu por 57,99% do volume em dólares comercializado. Nesse ano, houve um forte incremento das exportações em poucas empresas em detrimento das demais, na qual cinco empresas responderam por 70,05% do total vendido ao exterior.

No primeiro semestre de 2014, o MDIC (2014) registrou 65,16% do total exportado por Pernambuco correspondeu ao importado por cinco países: Países Baixos, Argentina, Venezuela, Estados Unidos e Síria, sendo o bloco europeu principal destino, atraindo 31,81% do total, e produtos químicos, com 15,78%, o produto mais exportado até junho. Até a metade do ano, 53,51% das exportações foram realizadas por cinco empresas no estado.

Ano	<i>Participação da exportação por país de destino</i>			
	1	2	3	Demais países

2010	Argentina 11,43%	EUA 11,22%	Venezuela 9,06%	68,29%
2011	EUA 12,67%	Argentina 10,08%	Países Baixos 6,56%	70,69%
2012	Países Baixos 36,39%	EUA 9,99%	Argentina 7,31%	46,31%
2013	Panamá 58,81%	Argentina 6,88%	EUA 4,56%	29,75%
Até junho de 2014	Países Baixos 26,82%	Argentina 19,53%	Venezuela 7,62%	46,03%

Segundo dados divulgados pela UFPE (2010), a concentração da renda e da riqueza e a desvantagem competitiva de Pernambuco têm origens mais profundas nas bases sociais, econômicas e ambientais, das quais podem ser destacados os seguintes problemas: baixo nível educacional e de qualificação de grande parte da mão de obra pernambucana, quando comparada aos padrões dos centros mais dinâmicos da economia nacional; infraestrutura econômica com deficiências no sistema de transporte e de comunicação, e problemas de médio prazo no abastecimento energético; defasagem tecnológica de segmentos econômicos importantes e capacitação científica e tecnológica do estado de Pernambuco inferior à dos centros dinâmicos e modernos da economia brasileira, influenciando na menor capacidade competitiva; limitações dos recursos naturais, principalmente no espaço semiárido com restrições de solo e de recursos hídricos, dificultando o desenvolvimento da agropecuária; e reduzida capacidade de iniciativa e de investimentos do setor público estadual e da maioria das administrações municipais, decorrente da limitada base estrutural de arrecadação e absorção de excedentes econômicos, acentuada pela crise econômica desta última década. Acrescente-se a isso, a reduzida capacidade das elites políticas e empresariais pernambucanas em trazer recursos federais para o estado (orçamentários, creditícios ou de fundos e linhas especiais de apoio ao setor privado).

Parte destes estrangulamentos é oriundo das condições políticas e institucionais particulares de Pernambuco que têm inibido a iniciativa e a mobilização dos atores sociais na perspectiva do desenvolvimento. Condicionante decisivo da crise de insustentabilidade de Pernambuco tem sido a falta de capacidade de aglutinação dos atores sociais e das lideranças políticas do Estado, em torno de um projeto de desenvolvimento de Pernambuco. Recentemente uma nova postura dos

atores sociais e iniciativas inovadoras do empresariado emergiu e vem convergindo para uma ação estratégica e articulada de desenvolvimento. Merecem destaque a formulação da Agenda PRÓ-PERNAMBUCO, a constituição da PERNAMBUCO S/A e algumas iniciativas recentes da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE (UFPE, 2010).

A ação desses atores, junto como o Governo tem base em algumas potencialidades significativas que permitem alavancar o desenvolvimento. Especialmente, nas condições geradas pelo novo paradigma de desenvolvimento que se afirmam, no contexto nacional e internacional, podem ser destacadas algumas das grandes potencialidades de Pernambuco: sua localização geográfica, relativamente próxima aos grandes blocos do mercado mundial (NAFTA e a União Européia) e outras regiões do Brasil e da América Latina, que fortalecida pela presença de boa infraestrutura portuária, deverá permitir a recuperação da tradicional vocação comercial de Pernambuco; sua grande diversidade socioeconômica e geoambiental, associada a uma importante diversidade de manifestações culturais, o que permite o desenvolvimento de múltiplas atividades; e sua boa dotação de recursos humanos qualificados ao lado de uma razoável base científico-tecnológica, para os padrões nordestinos (UFPE, 2010).

A gestão eficiente de receitas e despesas possibilitou o crescimento substancial dos investimentos em Pernambuco, com isso as inversões financeiras aportadas nas empresas estatais possibilitaram a realização de pesados investimentos, dentre elas, a qualificação da infraestrutura portuária e a ampliação da oferta hídrica. A estratégia orientadora é sua articulação com as ações de atração de investimentos, ampliando o potencial de integração de atividades produtivas, com interiorização do desenvolvimento e consolidação de Pernambuco como polo logístico regional e nacional (PERNAMBUCO, 2011). Além disso, a escolha da Região Metropolitana de Recife como uma das sedes para a Copa do Mundo de 2014 exigiu um conjunto de ações voltadas para viabilizar os investimentos necessários e garantir os efeitos multiplicadores no dinamismo econômico (PERNAMBUCO, 2014).

A arrecadação de ICMS no estado vem obtendo resultados expressivos e crescentes anteriores a 2010, período marcado por uma política fiscal de desoneração tributária, entre outras coisas, com a concessão de incentivos fiscais para implantação de empreendimentos no interior e para as atividades voltadas para

petroquímica, naval, têxtil, farmacoquímica e de tecnologia da informação e comunicação, gesso, além de microempresas e empresas de pequeno porte (PERNAMBUCO, 2010).

Tal instrumento assume importância fundamental na melhoria da capacidade de investimento do estado. Para ampliar a captação de recursos, o governo canalizou seus esforços em direção do orçamento federal, identificando oportunidades para gerar receitas de convênios e priorizou a aplicação dos recursos de operações de crédito anteriormente contratadas. Em junho de 2010 foi firmado contrato de captação escalonada de R\$ 650 milhões do BNDES, utilizados na implantação e restauração de rodovias e estradas vicinais e na construção de novas (PERNAMBUCO, 2011).

Considerando as regiões de desenvolvimento pernambucano isoladamente, verifica-se a reprodução de desequilíbrios entre áreas de maior dinamismo econômico e atividades sem vigor produtivo. Os instrumentos de incentivo aos investimentos estimulavam a reprodução deste quadro de concentração. A partir do crescimento na capacidade de investimento do estado, foi potencializada a política de interiorização do desenvolvimento, com a realização de um conjunto de obras estruturadoras no interior, como estradas, distritos industriais, centros tecnológicos e escolas técnicas (PERNAMBUCO, 2010). Um programa de recuperação dos distritos industriais do Estado foi implementado, com o foco na interiorização do desenvolvimento, a partir da sua revitalização e ampliação (PERNAMBUCO, 2014). Sabendo-se do imenso potencial de crescimento de Suape, o que concentraria ainda mais a influência da região litorânea na composição da economia do Estado, as metas desse objetivo reforçam a política do Governo de viabilizar a instalação de empreendimentos no interior de Pernambuco e sua interligação com os empreendimentos do litoral, de modo a dinamizar e diversificar a economia nessas regiões.

Com o intuito de favorecer a ampliação das exportações na região, deu-se início à promoção das obras de adequação e modernização do Porto de Petrolina. Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e foi autorizada a cessão de uma área do Porto para a instalação do REDEX – Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação, em prol de maior celeridade no despacho aduaneiro e redução de custos logísticos. O estado conta também com o conjunto de obras em curso no Porto de Suape (PERNAMBUCO, 2011).

Em 2010, todos os municípios pernambucanos estavam com os acessos pavimentados. No ano também foi assinado contrato para elaboração do Projeto Executivo da Plataforma Logística e Distrito Agroindustrial de Salgueiro, próxima ao pátio de operações da Ferrovia Transnordestina, uma iniciativa pioneira no estado de Pernambuco, à medida que sua concepção tem como base o conceito de central de inteligência logística, combinando multimodalidade, telemática e otimização de fretes. Pela facilidade de acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, a plataforma permitirá a integração com as principais rotas logísticas brasileira (PERNAMBUCO, 2011).

A expansão dos investimentos em ciência e tecnologia permitiu que o estado apoiasse a formação de mestres, doutores e pesquisadores, batendo sucessivamente recordes anuais de concessão de bolsas (PERNAMBUCO, 2014).

O apoio à atividade agropecuária foi desestruturado, repercutindo nos níveis de produção e produtividade do setor, principal fonte de ocupação e renda para o interior do Estado. A assistência técnica, distribuição de insumos e equipamentos de apoio e desenvolvimento tecnológico estavam esvaziados, reduzindo investimentos e desestruturando arranjos produtivos de relevância local. Projetos de infraestrutura, desenvolvimento humano, diversificação econômica, autossustentabilidade, apoio tecnológico e fomento à produção ainda precisavam ser implementados em todas as Regiões de Desenvolvimento.

Para enfrentar esses desafios, o Governo desenvolveu linhas de atuação orientadas para atrair novos empreendimentos e plantas industriais, preparar e qualificar a mão de obra ocupada na cadeia do turismo, fomentar a atividade agropecuária e dar novo impulso aos arranjos produtivos existentes ou potenciais em cada região de desenvolvimento do Estado. O fortalecimento dos arranjos produtivos locais favorece o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das pequenas e médias empresas, produtores rurais e agricultura familiar, possibilitando que as mesmas participem do mercado (PERNAMBUCO, 2011).

Em junho de 2010, foi assinado pelo governo do estado o Decreto que autoriza a criação da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco para estimular o crescimento de empresas e aumentar a competitividade em complementação e apoio às outras formas de atuação governamental e privada. Sua missão será apoiar os empreendimentos locais para internalização dos efeitos dos novos investimentos e a interiorização do desenvolvimento, mediante o estímulo aos Arranjos Produtivos

Locais. A Agência também vai apoiar os microempresários rurais e urbanos, e setores informais que até então, se encontram às margens do sistema financeiro (PERNAMBUCO, 2011).

A partir de 2011, o governo pernambucano ampliou a política de atração de investimentos privados em novos empreendimentos industriais, reforçando a adequação da infraestrutura necessária à implantação desses novos empreendimentos, sobretudo no entorno dos portos de Suape e de Recife. A estratégia considera o incremento da política adotada nos últimos anos de priorização do investimento público em formação científica e pesquisa, voltando os seus olhos para o desenvolvimento de um ambiente e de uma infraestrutura, principalmente no interior do estado, que possibilitem à sociedade gerar inovação, estimulando a criação, disseminação e comercialização de novos conhecimentos e tecnologias e utilizar plenamente conhecimentos e soluções tecnológicas produzidas no âmbito global. Para isso, é de fundamental importância a qualificação para a inserção dos pernambucanos nesse contexto, razão pela qual serão ampliados os esforços de desenvolvimento de ações territoriais, setoriais e especiais de qualificação profissional (PERNAMBUCO, 2014).

O governo também focou na política de atração de empresas para o interior do estado, focando na criação e distritos industriais fora da Região Metropolitana do Recife e na priorização do apoio e incentivos para empresas interessadas em se instalar nas demais regiões de desenvolvimento. Assim foi necessário investir em infraestrutura, principalmente a dos distritos industriais do interior, visando a aumentar a descentralização das atividades econômicas e das cadeias produtivas (PERNAMBUCO, 2014).

As ações do governo envolvem atração e implantação de empreendimentos estruturadores para o estado, atração e implantação de empreendimentos estruturadores para o estado, como empreendimentos industriais (refinaria Abreu e Lima, estaleiro PROMAR, estaleiro Atlântico Sul, termelétrica Suape II, polo petroquímico, siderúrgica Suape, laticínio Betânia-Pedra), os instrumentos para atração e relacionamento com o investidor (Invest in Pernambuco que contempla o Kit do Investidor, o Cadastro das Empresas Suporte para Novos Empreendimentos e o Atlas da Economia Pernambucana), plano de desenvolvimento de energias renováveis (que articula a desoneração da produção de equipamentos de energia renovável e captação de empresas no exterior), plano

de desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecção e da economia criativa (para promover a inovação direcionada ao desenvolvimento local), atração de empreendimentos turísticos (reserva do Paiva, grupo Solar de Porto de Galinhas, Porto do Recife e Suape Global), atração de empreendimentos para o interior do estado (promoção da qualificação e inserção no mercado de trabalho), aumento das atividades de ciência e tecnologia e inovação, criação e consolidação do centro de inteligência competitiva, desenvolvimento das micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e empreendimentos solidários (rede de apoio ao empreendedorismo), expansão da inovação no ambiente produtivo do estado (apoio à inovação nas empresas), criação de consolidação de habitats de inovação com atividades de P&D voltadas para os setores produtivos do estado (rede de inovação tecnológica de Pernambuco, Parque Biotecnológico de Pernambuco, Parqtel), ampliação e adequação da infraestrutura portuária (porto de Suape e do Recife, e urbanização do cais do Porto Novo), viabilização da infraestrutura necessária à interiorização do desenvolvimento (distritos industriais), expansão, diversificação, interiorização e mobilização da base de competências científicas e tecnológicas do estado, descentralização das atividades econômicas e as cadeias produtivas (PERNAMBUCO, 2014).

Ressalta-se a ferrovia Transnordestina que unirá Missão Velha/CE, Salgueiro/PE e Petrolina/PE, alavancando, assim, o desenvolvimento econômico de diversos setores em sua área de abrangência, especialmente o polo gesso de Araripe e o polo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro. Além disso, integrará o sistema hidroviário do São Francisco, o sistema rodoviário sertanejo e o sistema ferroviário já existente, tornando mais eficiente a logística do transporte de cargas. A implantação da ferrovia poderá facilitar em muito o escoamento da produção de gesso e de frutas do extremo oeste de Pernambuco, podendo também impactar favoravelmente sobre a instalação de usinas de biodiesel e sobre a reativação da avicultura, suinocultura e aquicultura. Para que isso ocorra, o estado precisa preparar-se para a atração de novos investimentos, reestruturando seu parque de ciência e tecnologia e a área de logística, para dar suporte a essas atividades (LIMA *et al*, 2007).

Embora sejam destaques três unidades de grande porte em implantação em Pernambuco: a refinaria, o estaleiro e o polo petroquímico, e todas possam revelar expressivo potencial exportador, incluindo as cadeias produtivas que podem

derivar dessas unidades, será o mercado doméstico o destino predominante da produção dessas unidades. Isto, em virtude do fato de que a cadeia petroquímica no país ainda é responsável por volumosas importações do exterior, para atender à demanda doméstica e de que os navios e as plataformas de exploração de petróleo também deverão atender a uma forte carência desses produtos da parte da Petrobrás. Infere-se, assim, que o surto de industrialização que o estado de Pernambuco vive não será do tipo induzido por exportações, mas sim essencialmente induzido por substituição de importações – ou seja, pela produção de bens voltados para os mercados regional e nacional, embora a geração de algum excedente exportável possa ser possível (GALVÃO, 2009).

Com efeito, Pernambuco se caracteriza por uma grande diversidade de seus ecossistemas e de sua base econômica, o que oferece distintas oportunidades econômicas e sociais. Da mesma forma, apesar do baixo nível geral de educação da sua população, Pernambuco tem uma boa base de recursos humanos qualificados e massa crítica localizada em algumas áreas do conhecimento, além de uma grande tradição técnico-científica que se propaga das universidades e centros de pesquisa e treinamento. Esta capacidade de seus recursos humanos se manifesta também na riqueza e criatividade cultural da população, expressa em diferentes iniciativas da base local, em todo o Estado, e que se desenvolvem com êxito, praticamente sem o apoio do Poder Público (PERNAMBUCO, 2011).

4.4 REFLEXOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS TRÊS ESTADOS

Utilizou-se também o PIB *per capita* da região, disponível no banco de dados dos governos estaduais e do IBGE para observar a relação entre o grau de crescimento econômico e as exportações. Partindo das premissas de Thirlwall (1979) e Krugman (1989), que, em seus modelos sobre as modernas teorias do crescimento econômico, descreveram que uma das maneiras de se alcançar o incremento da economia seria elevando a quantidade de exportações, pois a mesma só depende da taxa de câmbio nominal e do nível de renda do resto do mundo, essa primeira análise se voltará ao desempenho do comércio internacional e da evolução do nível do PIB *per capita* nas localidades destacadas que se refere ao valor médio agregado por indivíduo dos bens e serviços finais produzidos em determinado

espaço geográfico. Valores muito baixos assinalam, em geral, a existência de segmentos com precárias condições de vida (DATASUS, 2014).

Ao analisar o comércio exterior, cujo objetivo é o crescimento econômico, é necessário também conhecer a realidade do nível de renda *per capita* da localidade, como um dos reflexos da busca por esse incremento. Trata-se da observação dos diferenciais geográfico e temporais da produção econômica, identificando desníveis na produção média nacional. Para este trabalho, foi utilizada a *proxy* PIB em milhões de reais a preços de mercado dividido pela população por estado projetada pelo IBGE para o período de 2010 e 2011, dado que as informações referentes a 2014 foram pesquisadas mas não encontradas. Foram utilizados o PIB a preços de mercado da Bahia, Ceará e Pernambuco dos anos de 2012 e 2013, divulgados pelos sites oficiais dos governos respectivos, e dividido pela população estimada pelo IBGE para os mesmos anos em evidência.

O governo empreendeu ações de política para melhorar a situação social, como os programas de transferência de renda e os investimentos em curso, que apontam para perspectivas de crescimento para a economia. Em 2010, o PIB per capita da Bahia registrou valor de R\$ 11.007, subindo timidamente para R\$ 11.340 no ano seguinte. Em 2012, o estado apresentava resultante de R\$ 12.462, e em 2013, R\$ 12.646 (SEI, 2014).

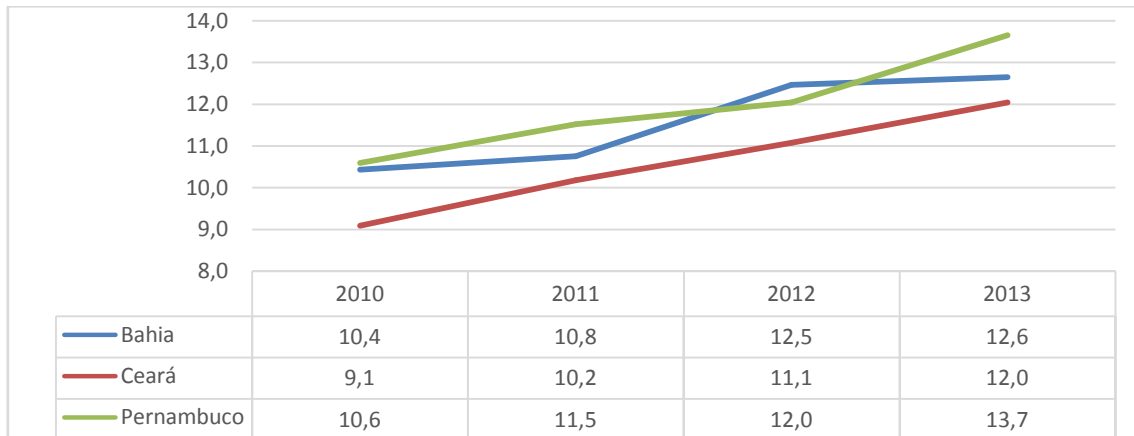
O Ceará, menos dinâmico que a Bahia, teve seus resultados inferiores ao exibido acima. Em 2010, seu PIB per capita totalizava R\$ 9.217; em 2011, R\$ 10.314; em 2012, R\$ 11.078; e em 2013, R\$ 12.044 (IPECE, 2014).

O estado de Pernambuco, por seu turno, registrou PIB *per capita* de R\$ 10.822 em 2010; R\$ 11.776 em 2011; R\$ 12.044 em 2012 e R\$ 13.650 em 2013 (ADDIPER, 2014).

Quando observada a evolução do nível de renda per capita, a partir de dados divulgados pelo IBGE, SEI, IPECE e ADDIPER, identificou-se alguns fatores conjunturais que auxiliaram na melhoria deste indicador da economia nordestina de forma agregada, tais como: a política de crédito expansionista, a valorização do salário mínimo, a evolução regional do emprego formal e da qualidade do trabalho, ampliação do mercado consumidor e investimentos nas áreas de comércio e serviços (BNB, 2012). Sendo ainda muito inferior à média nacional, configura-se como condição imprescindível a continuidade do investimento local, que possibilite o estabelecimento de infraestrutura suficiente para atrair investidores privados.

É possível verificar, dessa maneira, que embora a Bahia tenha melhor desempenho no que concerne ao crescimento econômico, é o estado de Pernambuco que tem melhor distribuição per capita. Em 2010, a renda dos dois estados eram praticamente as mesmas, e, em 2013, a diferença tornou-se evidente. Isso indica que a política desenvolvida no estado pernambucano foi melhor desempenhada comparada à política baiana. Em termos percentuais, durante o período observado de 2010 a 2013, verifica-se aumento para a Bahia de 21,3%, para o Ceará de 32,6%, e para o Pernambuco de 28,9%.

Gráfico 13 Evolução do PIB per capita



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, historicamente, sempre adotou medidas governamentais que negligenciava a infraestrutura de transportes e caracterizava-se por possuir excessiva burocracia e políticas cambiais desestimulantes para as exportações do país como um todo (MOURA e BARBOSA, 2014). E nos últimos anos observou-se uma tentativa de reverter esse cenário com investimentos relevantes em infraestrutura há muito demandados.

Argumenta-se que, para o Brasil, os benefícios do aumento da inserção internacional dependem não só de políticas estruturais, educacionais, tecnológicas, comerciais e industriais, mas também de políticas macroeconômicas e financeiras, domésticas e externas, capazes de garantir condições competitivas para o país no comércio internacional. Uma inserção internacional não qualificada em termos macroeconômicos e financeiros, sem que sejam superadas assimetrias competitivas internacionais, podem condicionar consideravelmente os efeitos das políticas visando à maior produtividade, diversidade tecnológica e inovação de produtos e processos (SARQUIS, 2011).

Conforme foi possível auferir destes estados do Nordeste, a Bahia, o Pernambuco e o Ceará apresentam um número expressivo de segmentos industriais com ainda grande potencialidade de crescimento em bases competitivas e com significativo potencial exportador. Entre os principais, podem ser listados: o químico e farmacêutico, o de plásticos, o de fiação e tecelagem, o de confecções, o de calçados, o metalúrgico, o de papel e celulose, o de gesso e derivados, o de pescados (peixes e camarões) e os da vinivicultura e da indústria automobilística.

Ainda na área industrial, é vital para algumas áreas geográficas da região a recuperação, o fortalecimento e a renovação de seu parque sucroalcooleiro em Pernambuco e o cotonicultor na Bahia. Na área de serviços, Pernambuco se destaca com potencial exportador no setor de informática (exportação de softwares).

No que diz respeito a proposições de política voltadas para incentivar a expansão das exportações regionais, vale reconhecer, inicialmente, que a economia destes estados do nordeste requer ações de política ativa, de seus agentes públicos e privados, que objetivem tornar o parque produtivo regional mais competitivo, tanto no mercado externo quanto no interno (GALVÃO, 2007). É notável o esforço federal na melhoria da infraestrutura de transportes na região, embora esteja aquém do necessário para estabelecer uma economia relevante comparativamente a outras regiões do país. É preciso maior apoio governamental na área do financiamento, da comercialização e do *marketing*, sobretudo em relação aos mercados internacionais, pois demandam ações de grande porte. A continuidade dos investimentos em treinamento da mão-de-obra, principalmente para os que operam pesquisas agrônomicas de base local, voltadas ao combate a pragas e ao melhoramento genético das variedades em cultivo na região, são prioridades para a ampliação continuada da agricultura irrigada nos sertões nordestinos.

Além disso, a agricultura dos cerrados (grãos e oleaginosas) demandam medidas específicas de apoio, especialmente no que diz respeito aos transportes, ao financiamento e a pesquisas agrônomicas, para realizarem o seu pleno potencial, a qual se percebe ações iniciadas nesse sentido, porém ainda insuficientes. A floricultura e a exploração da aquícultura também são atividades a merecerem forte apoio institucional, pela sua enorme potencialidade em termos de mercados.

A expansão das exportações, associada ao incremento da produção regional que substituíam importações (do exterior, do país ou de ambos), assume importância crucial para que se reduza a dependência de crescentes transferências de recursos de fora da região. Diante desses cenários, é condição *sinequa non* para o crescimento da região que a sua economia se torne mais competitiva para capacitar-se a uma maior e melhor inserção na economia mundial e nacional. Para isso, nota-se esforço recente de qualificação da mão de obra e também dos gestores, com incentivos para educação formal e oportunidades de bolsas de estudo no exterior. Assim, busca-se uma mudança mais profunda do padrão de comércio com alterações na estrutura produtiva da economia pressupondo elevado nível de

investimento, muito maior do que o verificado. Tais investimentos almejam ampliar e melhorar a infraestrutura, capacitar esses estados para elaborar produtos de maior elaboração tecnológica, prescindindo de importações, e para consolidar suas exportações de produtos de nível tecnológico intermediário para países em desenvolvimento e ampliar o peso dos produtos tecnologicamente mais sofisticados na pauta de exportação, logrando exportá-los para países desenvolvidos (BALTAR, 2008).

Para isso, a economia da região deverá expandir e diversificar exportações, melhorar o conteúdo tecnológico de vários segmentos de seus setores exportadores, aproveitar melhor o potencial dos recursos naturais disponíveis, expandir e diversificar o seu parque produtivo voltado para o mercado da própria região e sobretudo para o mercado nacional, fortalecer os seus setores tradicionais e, ao mesmo tempo, buscar o aproveitamento de novas oportunidades produtivas nas quais a região possa apresentar vantagens comparativas naturais ou artificialmente (socialmente) criadas – estas últimas decorrentes sobretudo de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em infraestrutura adequada e, principalmente, em capital humano, ou seja, em educação e capacitação de mão-de-obra (GALVÃO, 2007).

As estratégias de elevação da competitividade do estariam focadas nos fatores sistêmicos, como a manutenção de uma taxa de câmbio adequada aos interesses dos segmentos exportadores; a melhoria da infraestrutura, sobretudo a viária e portuária, diretamente voltada para as atividades de exportação; a crescente articulação entre políticas tecnológicas e políticas comerciais; a descentralização de políticas de elevação de competitividade; um amplo envolvimento do governo federal na promoção de exportações e na implementação de novos instrumentos de política comercial; a redução da carga tributária que ainda incide sobre exportações e concessão de subsídios permitidos no âmbito da OMC (como os para investimentos em P&D e empréstimos a taxas preferenciais de juros para fins de desenvolvimento regional); a disponibilização de financiamentos de longo prazo para exportações; a criação de mecanismos para a adaptação de indústrias afetadas pela abertura e que apresentem potencial competitivo; a negociação em âmbito multilateral, bilateral e regional para a abertura do mercado internacional de produtos de interesse do país e da região (GALVÃO, 2007).

A ampliação da demanda mundial por alimentos e agrocombustíveis, provocada pelo aumento da população global e pelo crescimento econômico dos países emergentes, irá influenciar diretamente a produção agropecuária. A expectativa quanto à demanda mundial por alimentos e agrocombustíveis, as dificuldades de reposição de estoques mundiais de cereais e o intenso processo de urbanização criarão condições favoráveis aos países que têm significativo potencial de produção e tecnologia disponível, como o Brasil. Esta disponibilidade de recursos naturais poderá ser um importante fator de competitividade. Nesse contexto, destacar-se-á o papel da agricultura ambiental e socialmente correta. O setor buscará a ecoeficiência a partir da valorização das tecnologias limpas, uso racional de recursos, valorização de subprodutos, minimização de impactos socioambientais e uso de materiais biodegradáveis (BAHIA, 2010).

O país elevará sua participação na oferta mundial de produtos agropecuários e agrocombustíveis, com o natural aumento das exportações. Some-se que a tendência de crescimento da economia brasileira resultante deste processo poderá estimular a demanda interna, culminando numa dupla pressão sobre a produção nacional. Nesse contexto, vislumbra-se a oportunidade de crescimento para as cadeias produtivas do agronegócio. Para tanto, faz-se necessária a modernização e o desenvolvimento deste segmento, com a conseqüente elevação de sua capacidade produtiva. Dentre outras medidas, ressalta-se a importância da utilização de novas tecnologias e de práticas sustentáveis, da promoção de produtos e acesso a novos mercados, do fortalecimento da segurança sanitária e do estímulo a novos polos de produtos tradicionais e com potencial de mercado (BAHIA, 2010).

Apesar do dinamismo já alcançado, devem ser criadas condições para o contínuo e progressivo desenvolvimento das cadeias produtivas da agropecuária, de modo que estas possam beneficiar-se do cenário internacional favorável. Isto significa modernizar e desenvolver o setor frente aos exigentes padrões mundiais de produção, qualidade e certificação, bem como às barreiras comerciais sanitárias, sociais e ambientais cada vez mais elevadas.

A adoção de novas tecnologias terá papel essencial no aumento da produção, produtividade e qualidade dos bens da agropecuária (BAHIA, 2010).

É necessário, ainda, estimular a introdução de novas atividades com potencial de mercado e em conformidade com as condições edafoclimáticas do estado, a exemplo da aquicultura, da produção de cachaça orgânica e do cultivo de

flores ornamentais, sem esquecer o desenvolvimento de novos polos de produtos tradicionais (BAHIA, 2010).

Elevar o número de certificações de qualidade, implantar laboratórios regionais de Qualidade e Biotecnologia, implementar o Selo de Qualidade Bahia e marcas Bahia, melhorar a rede de distribuição através de centros de comercialização regionais, com modernas instalações, anunciar os produtos em eventos nacionais e internacionais e divulgar os produtos em campanhas publicitárias (BAHIA, 2010).

Observou-se um esforço no sentido de alcançar uma maior profissionalização das cadeias produtivas do agronegócio baiano, principalmente através da formação de redes de cooperação entre o setor e seus fornecedores de bens e serviços, de modo a diminuir os custos de transação e de produção e elevar a eficiência. O fortalecimento dos elos das cadeias será resultado também da ação das Câmaras Setoriais no Estado, importante instrumento de política agrícola.

Diante do que foi exposto, observa-se, ainda, a necessidade de solucionar os graves problemas de logística e de infraestrutura que limitam a capacidade de crescimento do setor.

Dentre as principais demandas nestas áreas estão: restauração da malha rodoviária estadual, ampliação das estradas vicinais, ampliação e restauração da malha ferroviária existente, criação de novos complexos logísticos com articulação de modais de transporte, ampliação e modernização do complexo portuário da Baía de Todos os Santos, recuperação da hidrovía do São Francisco e a revitalização da bacia do rio São Francisco, além da construção da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) e do complexo Porto Sul. A não realização dos investimentos necessários poderá se refletir em perda de competitividade internacional.

estados subnacionais não reúnem capacidade nem funcionalidade para realizarem investimentos em grandes projetos estruturantes, tais como redes regionais de transporte, grandes barragens, redes regionais de transposição e distribuição de água, portos, aeroportos etc. No entanto, no caso do Nordeste, especificamente, os investimentos públicos devem visar também a formação de capital humano e a base em ciência, tecnologia e inovação. (AMARAL FILHO, 2010)

No lugar de ser um fim, o atual desempenho econômico deve ser encarado como um meio para se alcançar patamares mais elevados de

desenvolvimento. Para isso, o Nordeste precisa de um número maior de políticos comprometidos com seu desenvolvimento, mais efetividade, e maior escala, dos investimentos públicos federais em infraestrutura e projetos estruturantes, melhoria radical na qualidade da educação básica e fortalecimento da base científica e tecnológica. (AMARAL FILHO, 2010)

Conforme afirmou SILVA *et al* (2008), pôde-se perceber que a tipologia do comércio externo dos estados, ainda pode ser considerado interindústria, ou seja, Bahia, Ceará e Pernambuco importam produtos com dotações de fatores diferentes dos produtos que exportam.

À luz das características da economia nordestina, viu-se que o Estado brasileiro teve um papel fundamental como articulador do desenvolvimento da região, na tentativa de sanar as dificuldades enfrentadas por ela, e a consolidação dessa articulação, como já visto, iniciou-se nos anos 1960 com o Estado Desenvolvimentista (VIANA, 2006).

As contribuições relacionadas ao presente estudo poderão contribuir para a formulação de políticas direcionadas ao aproveitamento do potencial existente nos setores descritos.

Os investimentos realizados em atividades diretamente produtivas nos anos analisados, em grandes projetos de infraestrutura hídrica e de transporte, possibilitaram a elevação da competitividade, assim como o significativo crescimento da demanda interna (ALBUQUERQUE, 2009).

Segundo a SEI (2013), a baixa competitividade do produto brasileiro deve ser fator preocupante num futuro próximo, devido à reindustrialização americana, impulsionada pelos baixos custos de energia do gás de xisto e pelo câmbio favorável. Assim, a tendência é uma nova leva de produtos americanos competitivos no mercado a médio prazo, o que aumentará ainda mais a concorrência com o produto nacional.

Nesse contexto, porém, duas perspectivas de certo modo animadoras podem ser visualizadas para o Nordeste. A primeira diz respeito à possibilidade de a região continuar com as exportações intensivas em recursos naturais, ou seja, baseadas em suas vantagens comparativas mais evidentes, mas desenvolvendo polos de exportação avançados com a elevação constante de conteúdo tecnológico. A exploração dos cerrados, a hortifruticultura irrigada do São Francisco (com um destaque especial para a viticultura) e de outros vales irrigados na região, a

aquicultura (camarões e peixes, sobretudo) a produção de gesso e derivados, são exemplos de segmentos da produção primária que podem ser crescentemente assentados em tecnologias mais intensivas em capital, resultado de pesquisas de novos métodos e processos produtivos e, portanto, de novos conhecimentos (GALVÃO, 2007).

O fomento ao crescimento econômico não se restringe à atração dos grandes investimentos, mas complementa sua atuação com o foco no desenvolvimento sustentável, estimulando e induzindo a reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas. Converte-se ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno, autogestionário, solidário e sustentável, e, assim, fazendo dos agentes locais os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional. A estratégia adotada, verificada nas ações e resultados obtidos, está inspirada na compreensão de que é possível e necessário um espaço de complementaridade entre as escalas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, seja global, regional ou local, como o caminho capaz de promover distribuição de renda com inclusão socioeconômica da população em todo o território do Estado (PERNAMBUCO, 2011).

Nesse contexto, destaca-se o papel relevante das Federações das Indústrias dos Estados, FIEB, FIEC e FIEPE, na promoção das ações em comércio exterior na Bahia, no Ceará e no Pernambuco. O Programa AL Invest foi criado pela Comissão Europeia, em 1993, com o objetivo de apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas - PMEs latino-americanas, desenvolvendo e fortalecendo uma rede de organizações empresariais da América Latina e Europa. Em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a FIEC, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (Apex-Brasil) criou a Unidade de Promoção Apex-Brasil Ceará. Sediada no CIN/CE, a unidade objetiva aproximar as empresas cearenses às estratégias para o comércio internacional. As empresas iniciantes ou que nunca exportaram, assim como as grandes exportadoras, podem se beneficiar com acesso a informações, oportunidades de negócios e parcerias estratégicas.

Há outros fatores que estão presentes no atual contexto regional e nacional que devem ser levados em conta. Entre eles, Silva Filho (1999) destaca: o papel do Estado e suas restrições financeiras; a maior preocupação com o meio ambiente (que implica uma melhor distribuição dos recursos naturais entre

gerações); a necessidade de maior interrelação entre os objetivos de desenvolvimento regional e local com os grandes eixos de desenvolvimento nacional, auxiliando a incrementar as sinergias das intervenções; as necessidades de fortalecimento do “pacto federativo brasileiro”, que terá como resultado amenizar os efeitos da “guerra fiscal”; e o fim das “trocas de ineficiências” entre as regiões do país, em função de não se ter acesso aos mercados internacionais.

Até 2010, muitos autores haviam sugerido diversas ações a serem tomadas para melhorar o desempenho do país e dos estados do Nordeste no comércio internacional, e, observando as ações do governo nos anos de 2010 a junho de 2014, é notável que as ações foram direcionadas para essas demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, C. T. Comércio exterior inter e intraindustrial: Brasil 2003-2005. *Economia e Sociedade*, v. 17, n. 1 (32), p. 107-134. Campinas, 2008.

CARVALHO, E. B. *et al.* Concentração das exportações e vulnerabilidade no Nordeste brasileiro. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

EASTERLY, W. e RESHEF, A. Big Hits in Manufacturing Exports and Development. New York University. Nova York, 2009.

HAUSMANN, R. e RODRICK, D. Doomed to choose: industrial policy predicament. Harvard University, 2006.

- HIDALGO, A. B. *et al.* Inserção das regiões brasileiras no comércio internacional: os casos da região Nordeste e do estado de Pernambuco. *Ensaios FEE*, v. 26, n. 2, p. 965-1018. Porto Alegre, 2005.
- HOFFMAN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, n(13), v. 4, p. 7-17. Rio de Janeiro, 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2014.
- KRUGMAN, P. Introdução à “Empirical studies of Strategic Trade Policy”. *National Bureau of Economic Research*, p. 1-10. Chicago, 1994.
- MAGALHÃES, M. A. e TOSCANO, V. N. Concentração da pauta de exportações do Espírito Santo: uma análise empírica. *Nota técnica (23)*. Vitória, 2011.
- MELO, M. C. P. de. Inserção internacional da região Nordeste e a dinâmica do comércio exterior brasileiro nos anos recentes. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, n. 4. Fortaleza, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). (2014), *Balança comercial- dados consolidados*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>. Acesso em 23 de agosto de 2014.
- MOURA, T. G. Z. *et al.* A evolução do comércio exterior baiano e possíveis compatibilidades com as realidades nordestina e baiana. *RICRI* v. 1, n. 2, p. 33-54. 2014.
- SARQUIS, J. B. S. *Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2011.

SILVA, A. G. da et al. Nordeste versus Sudeste: uma análise agregada e comparativa do comércio internacional como subsídios para o crescimento econômico. Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Pernambuco. 2008.

XAVIER, L. F. et al. Potencial de inserção comercial dos estados nordestinos no bloco europeu: uma análise de identificação de setores subaproveitados. UFPE. Recife.

Leitura Complementar:

HECKSHER, E. The effect of foreign trade on the distribution of income. *EkonomiskTidskriff*, p. 497-512. Philadelphia, 1919.

SMITH, Adam. A riqueza das nações, v.1. Edição Calouste Gulbekian. Lisboa, 1776.

<http://www.cin.ufpe.br/~srlm/PE2010/cap1.html>

<http://www.pe.gov.br/governo/focos-estrategicos/desenvolvimento-economico/>

<http://www.economia.pe.gov.br/?p=economia&s=perfil>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200010&script=sci_arttext

<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/modernizacao-e-desenvolvimento-a-vez-do-nordeste/>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000200001&script=sci_arttext

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1

<http://www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais-e-fundos>

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/FINOR/generais/finor_informgerais.asp

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291997000200001&script=sci_arttext

<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista3-mat4.pdf>

<http://acbahia.com.br/novo/produtos-emissao-certificados.php> acessado em 28/10/2014

<http://www.brasilportugal.org.br/ba/noticia/4167,acordo-estimula-comercio-entre-brasil-e-africa.html> 28/10/2014

<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/52-acao-em-rede/10004815-a-politica-externa-brasileira-o-que-mudou-neste-comeco-de-seculo>
acessado em 29/10/2014